

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPTO. DE ZOOTECNIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
CURSO DE AGRONOMIA

FEIRA DA UFSC: ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA

JERUSA ROSA DA SILVA

Florianópolis, 2013

JERUSA ROSA DA SILVA

**FEIRA DA UFSC: ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM DOS
CONCEITOS QUE NORTEIAM A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção
de grau de Eng.Agrônoma no
curso de Agronomia do Centro
de Ciências Agrárias da
Universidade Federal de Santa
Catarina.

Professor Orientador: Oscar José Rover

Florianópolis, 2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Energia maior que movimenta tudo e todos nos múltiplos universos e, aos meus pais, que me proporcionaram a graça da vida e os valores agregados a esta experiência maravilhosa que é viver. Agradecimento especial a todos que participaram desta trajetória até aqui, desde o vestibular, em ordem cronológica, a Sra. Maria da Graça Mounic, amiga especial, que acreditou e incentivou-me a encarar este caminho, dando-me suporte físico e emocional, principalmente, na trajetória inicial. A minha querida e amada irmã Alice Rosa da Silva que me ajudou com seu carinho e acolhimento nos momentos mais difíceis desta trajetória e também compartilhou comigo amorosos momentos em família com seus filhos adoráveis e amáveis os quais eu os amo como se fossem meus. Ao meu amigo e irmão de alma Lauro Artur que me acompanhou, na maior parte do caminho, e foi presença fundamental na finalização desta atividade, com sua clareza e coerência diante dos fatos. Ao meu outro amigo também associado à minha família espiritual Ricardo Prudêncio, que em muitos momentos me apoiou e incentivou-me com diálogos recheados de esperança e fé no futuro, do qual acreditamos/compartilhamos, muito obrigada.

Gratidão especial à Lucimar e ao Borsoi, profissionais exemplares e amigos queridos, obrigada pela dedicação aos estudantes do CCA.

Aos feirantes do espaço da Feira da UFSC, por me proporcionar um ambiente cheio de ferramentas para eu realizar este trabalho, obrigada pela confiança e carinho. A todos os outros que não citei até aqui, podem ter certeza que minha gratidão será eterna.

Um segundo agradecimento especial ao meu Amor, minha companheira Daniela Bocker, que com sua alegria, amor e muita delicadeza me mostra que a vida é cheia de diversão, amor e leveza. Esta incrível pessoa torna o impossível possível quando há alegria e boa vontade no coração. Obrigada por suportar os momentos tensos, por compartilhar muitas alegrias e fazer da nossa vida diária uma surpresa a cada momento.

Por último, gostaria de agradecer ao meu querido e ilustre orientador, Oscar Rover, pela paciência, dedicação e confiança. Admiro muito esta pessoa por sua integridade, por seu trabalho como professor, orientador, supervisor e coordenador no papel de educador exemplar. Uma pessoa à frente, sempre presente nas atividades executando-as com vontade e dedicação. Obrigada Oscar, de verdade, serei eternamente grata.

RESUMO

O presente trabalho visa analisar, a partir da abordagem da Economia Solidária, dimensões que travam e potencializam a reconstrução social de uma Feira que acontece na Praça da Cidadania, em frente à Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário João David Ferreira Lima. O objetivo foi apontar caminhos que permitem manter a Feira como espaço comercial, sem perder a identidade como espaço solidário. A Feira existe há sete anos e desde 2010 atua sem vínculo oficial com a Universidade. O Projeto de Extensão Ágora foi a ação de extensão que deu origem à Feira e baseou-se nos princípios de autogestão, cooperativismo, solidariedade e agroecologia. O projeto ficou inativo em 2010 e durante este período a Feira cresceu desordenadamente, está irregular em alguns aspectos relacionados à comercialização dos produtos e serviços ofertados e inadequados em relação às normas e critérios que orientam a comercialização no âmbito universitário. A metodologia utilizada foi pesquisa-ação e a análise das condições de reorganização da feira ocorreu através de revisão bibliográfica sobre o tema, análise dos documentos do projeto inicial, documentos gerados em encontros específicos com os atores envolvidos e gerais, entrevistas com alguns idealizadores da proposta, entrevista com representante da universidade e entrevistas com dois dos feirantes mais antigos, além de observações feitas nos dias da Feira. Foi possível constatar neste estudo a importância da Feira da UFSC para os feirantes, visto que há várias famílias envolvidas por trás de cada barraca e algumas bancas dependem da renda gerada nesta Feira, além da importância para a comunidade acadêmica e entorno. Porém, a permanência da Feira da UFSC como espaço comercial sem perder o caráter solidário será possível, se a mesma receber suporte da universidade como projeto de extensão e assim realizar as atividades necessárias para resgatar os conceitos que englobam a economia solidária através de atividades de extensão realizada coletivamente por acadêmicos e feirantes. A falta de informação e concepção sobre os princípios que embasam o tema foi o principal entrave na reorganização do grupo, seguida da falta de apoio da parte da UFSC, já que a Feira acontece dentro da universidade. A autogestão como prática organizativa nos processos de trabalho esteve presente no processo inicial da Feira em 2006, pois o grupo de feirantes era mais homogêneo e com ideais comuns. Porém, no decorrer dos anos, esta característica perdeu-se dentro do espaço da feira, predominando a heterogestão. A configuração atual da Feira requer apoio da universidade para a permanência da mesma no espaço, pois nesta condição será possível a reconstrução social

deste local, ancorado em conhecimentos científicos, testados no dia a dia da feira, utilizado como instrumento pedagógico para os estudantes envolvidos nas ações e, também, estendendo os resultados à comunidade.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Autogestão; Circuitos Curtos de Comercialização; Agroecologia.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AF – Agricultura Familiar

AGRECO – Associação de Agricultores Ecológicos Da Encosta da Serra Geral

CEART/UDESC – Centro de Artes da Universidade Estadual do Estado de Santa Catarina

CEASA – Centro de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A

CCA – Centro de Ciências Agrárias

CC – Circuito Curto de Comercialização

CJS – Comércio Justo e Solidário

CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

EES – Empreendimento de Economia Solidária

ES – Economia Solidária

IDESC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

LACAF – Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MST – Movimento Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NESOL – Núcleo de Economia Solidária

NG – Núcleo Gestor

OCS – Organização de Controle Social

ONG – Organização Não Governamental

OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PGU – Procuradoria Geral da União

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PROEX – Pro Reitoria de Extensão

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIE – Selo de Inspeção Estadual

SIES – Sistema de Informação da Economia Solidária

SIRAEX – Sistema de Registros de Ação de Extensão

SisOrg – Sistema Brasileiro da Avaliação da Conformidade Orgânica

SPG – Sistema Participativo de Garantia

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

E1 – Entrevistador 1

E2 – Entrevistador 2

E3 – Entrevistador 3

E4 – Entrevistador 4

E5 – Entrevistador 5

“Om Mani Padme Hum”

Mantra Tibetano

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	9
1. INTRODUÇÃO	9
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	12
3. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	13
4. HIPÓTESE	13
5. OBJETIVOS	13
5.1. Objetivo Geral	13
5.2. Objetivos Específicos	14
6. JUSTIFICATIVA	14
7. METODOLOGIA	15
CAPÍTULO 2	16
1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
1.1. Economia Solidária - ES	17
1.1.1. Autogestão como Prática Participativa	19
1.1.2. Cooperativismo e Economia Solidária no Brasil	20
1.1.3. O Significado da solidariedade no exercício da organização coletiva	21
1.1.4. Agroecologia no Contexto da Economia Solidária	23
1.1.4.1. Qualidade dos produtos orgânicos e sistemas de garantias	24
1.1.4.2. Rede Ecovida de Agroecologia e certificação participativa	25
1.2. Produtos ofertados em redes de Comércio Solidário	26
1.3. Circuitos Curtos de Comercialização	27
1.4. Feiras em Rede da Economia Solidária e Agricultura Familiar	28
CAPÍTULO 3	30
1. O papel das universidades públicas na construção da Economia Solidária no Brasil	30
2. Normas que regulamentam ações de extensão na UFSC	31
3. Praça da Cidadania: contribuição de Burle Marx para humanização do campus da UFSC	32
4. Feiras Agroecológicas em Florianópolis	33
4.1. Ecofeira – Feira Agroecológica da Lagoa da Conceição	34
4.2. Feira Agroecológica do Sul da Ilha – Praia do Campeche	35
4.3. Feira Agroecológica do Sul da Ilha – Praia da Armação	35
4.4. Feira da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	35
CAPÍTULO 4	35

1. RESULTADOS	35
1.1. Resgate Histórico: ideologia e proposta do Projeto Ágora	35
1.2. Os motivos que levaram a universidade a interferir no espaço comercial Feira da UFSC ...	38
1.3. O LACAF como mediador na reorganização do espaço comercial Feira da UFSC	39
1.4. Configuração atual Feira da UFSC	45
1.5. Feira da UFSC: circuito curto de comercialização?	48
2. DISCUSSÃO	52
CAPÍTULO 5	57
1. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
1.1. Conclusão	57
1.2. Recomendações	58
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS	69
Anexo 1: Esquematização da ideia do Projeto Ágora	69
Anexo 2: Proposta inicial da Feira, horários e produtos ofertados	70
Anexo 3: Material visual para divulgação da Feira no projeto	71
Anexo 4: Material de divulgação e Marketing da Feira 2	72
Anexo 5: Princípios postados no espaço da Feira da UFSC enquanto Projeto Ágora	73
Anexo 6: Questionário para novos feirantes em 2006	74
Anexo 7: Cédula para eleição da comissão de avaliação no primeiro ano da Feira	75
Anexo 8: Questionário formulado para realizar o diagnóstico no início da intervenção em 2013.2	76
Anexo 9: Questionário de identificação para candidatos a novos feirantes 2013.2	77
Anexo 10: Regimento interno Feira da UFSC- outubro/2013	78
Anexo 11: Perguntas formuladas aos feirantes com o objetivo de diagnosticar o nível de entendimento em relação aos princípios que regem a Economia Solidária.	81
Anexo 12. Produtos 2013.2	82
Anexo 13: Ata Segunda Reunião 03/07/2013	85
Anexo 14: Ata Terceira Reunião 25/09/2013	86
Ata da reunião realizada no dia 25 de setembro de 2013, as 16h 30 min., na sala dos conselhos localizada no prédio da reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina.	86
Anexo 15: Perguntas elaboradas aos idealizadores (dois) do Projeto Ágora	87
Anexo 16: Perguntas elaboradas aos feirantes	87
Anexo 17: Perguntas elaboradas ao representante da Instituição - Pro Reitor Administrativo da UFSC	87

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO

Este é um Trabalho de Conclusão de Curso cujo objetivo é fazer uma análise da Feira da UFSC – estabelecida na Praça da Cidadania em frente à Reitoria no Campus Universitário João David Ferreira Lima, Florianópolis – dentro da abordagem dos conceitos que regem a Economia Solidária. Este objetivo é atravessado por uma discussão teórica que se definiu a partir do resgate histórico da própria Feira cujo projeto inicial de extensão – Projeto Ágora – trazia em sua proposta esta abordagem. Neste sentido, analisou-se, a partir dos princípios de autogestão, cooperação, solidariedade e agroecologia, o quanto esta Feira afasta-se ou aproxima-se destas características.

As Feiras são um mecanismo de venda direta, um equipamento comercial e a forma mais antiga de relacionamento comercial entre produtores e consumidores.

As feiras são normalmente administradas por uma parceria entre o poder público local, as organizações de produtores e de consumidores e instituições de apoio à agricultura. São baseadas num regulamento que limita a ação de atravessadores e valoriza os produtos regionais.

As feiras constituem espaço social, cultural e educativo, que promove a diversidade, resgata valores e crenças e possibilita a troca de informações sobre alimentação, saúde e qualidade de vida.

O objetivo principal da Economia Solidária é a reorganização das ações sociais de modo a promover a realização humana de cada pessoa, assegurando-lhe as condições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade. Essas práticas operam sob formas de colaboração solidária. É um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

Nas feiras de caráter solidário, o adjetivo “solidário” tem um peso decisivo: a solidariedade que se busca surge duma relação face a face. Como neles vige o princípio da autogestão, não são empreendimentos individualistas regidos pela propriedade privada e pelo trabalho subalterno. Trata-se duma dinâmica econômica geradora de inclusão: é a reprodução

da vida de todos os envolvidos que conta, e não meramente o máximo de rentabilização patrimonial.

O Projeto Ágora começou com a iniciativa de criar uma cooperativa na UFSC apresentada publicamente no segundo semestre de 2005 e constituiu-se de um espaço comercial e cultural, aberto aos membros da comunidade Universitária, aos cidadãos que moram no seu entorno e na grande Florianópolis. O Projeto teve como objetivo geral estabelecer uma Feira semanal dentro do Campus Universitário que fosse um espaço de convivência, aprendizado, solidariedade, comercialização e trocas de produtos e serviços da ES. O enfoque foi a educação ao consumidor, a participação da comunidade e o atendimento aos clientes. Buscou-se coordenar ações de produção e de consumo de produtos e serviços comprometidos com a ética e com a ecologia (PROJETO ÁGORA, 2008).

O Projeto Ágora acabou em 2010, enquanto isso a Feira continuou acontecendo, sem orientação da universidade, sem estar vinculada à ação de extensão.

No segundo semestre de 2013, a administração da UFSC iniciou um processo no sentido de identificar a situação da Feira que acontece na Praça da Cidadania, em frente a Reitoria. Mediante uma auditoria interna, solicitada pela procuradoria Geral da União - PGU, realizada para identificar os espaços ocupados por terceiros dentro da universidade, detectou-se o espaço ocupado pela Feira. Posteriormente, cópias do relatório referentes aos resultados da auditoria, foram encaminhadas à PGU, para que eles tomassem ciência da situação. Após, a PGU enviou uma ordem de serviço para a Pro Reitoria de Administração, demandando esclarecimentos sobre as atividades que ocorrem nas áreas ocupadas por terceiros no âmbito da Universidade, entre elas, o espaço ocupado pela Feira da UFSC.

Neste processo, ao identificar a situação da Feira, a Instituição questionou o fato da Feira da UFSC estar localizada em uma área nobre do Campus – Praça da Cidadania – que é um projeto do Roberto Burle Marx, arquiteto e artista plástico brasileiro. E ainda, os comerciantes em volta do Campus Universitário e das lanchonetes estabelecidas dentro da universidade também se manifestaram em relação ao aumento vertiginoso de pessoas e a diversificação dos produtos comercializados e as condições que os produtos são comercializados também estavam inadequadas no que se refere a manipulação e conservação de alimentos na Feira da UFSC.

A partir deste contexto a universidade manifestou-se e exigiu uma adequação da Feira dentro das normas e critérios estabelecidos para a comercialização de produtos e serviços em um espaço institucional, adequação das atividades que envolvem alimentos e regularização e identificação adequada dos produtos ofertados na Feira e, além disso, a universidade

demandou uma identificação para a Feira. Neste sentido, resgataram-se no Projeto Ágora os princípios que embasaram a Feira em 2006, e sugeriu-se que a Feira da UFSC buscasse se reorganizar no contexto da economia solidária.

Para o início das atividades, o coordenador do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar – LACAF, localizado no Centro de Ciências Agrárias/UFSC, por afinidade de contexto, prontificou-se em direcionar as atividades ao laboratório, em um primeiro momento, já que a Feira não está vinculada a alguma ação de extensão. Logo, elaboraram-se atividades pontuais para a realização do diagnóstico de Feira da UFSC e a reorganização inicial no sentido de mediar ações e apontar necessidades, entraves e potenciais da Feira em direção à manutenção como espaço de Economia Solidária.

A partir dos relatos e das atividades vivenciadas no espaço da Feira da UFSC, no período de realização deste trabalho, os entraves que surgiram, primeiramente, associaram-se à falta de conhecimentos e/ou acesso às informações entre os atores envolvidos no contexto da Feira da UFSC e falta de compreensão no sentido abrangente da solidariedade na realização das atividades organizativas na reconstrução de um espaço solidário. Os conceitos e/ou intenções, envolvidos no projeto inicial e resgatados neste trabalho, foram importantes para abrir um espaço de reflexão e contribuir para um despertar coletivo. Trilhou-se o caminho para a autogestão no exercício de práticas participativas e, aos poucos, exercitou-se atividades como a criação de um núcleo gestor para realizar atividades no dia a dia da feira, em seguida, a formulação do regimento interno da feira.

É possível reorganizar a Feira da UFSC de forma a resgatar estes princípios, já que o cooperativismo solidário parte da existência de interesses e objetivos comuns e a Feira tem forte objetivo: manter-se no espaço da universidade, pois há famílias que dependem desta atividade, direta e indiretamente.

A Feira da UFSC classifica-se como feira mista e não está totalmente adequada em relação aos alimentos comercializados e aos mecanismos de segurança utilizados para garantir a qualidade dos produtos orgânicos ofertados pelas bancas respectivas.

Destaca-se a importância da permanência da Feira no espaço universitário, pois nesta condição será possível a reconstrução social deste local, ancorado em conhecimentos científicos, testados no dia a dia da Feira, utilizado como instrumento pedagógico para os estudantes envolvidos nas ações e, também, estendendo os resultados para a comunidade. Assim, é possível assegurar a qualidade dos produtos e serviços ofertados interagindo conhecimento e desenvolvimento humano em um único local.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A Feira da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC acontece todas as quartas feiras na Praça da Cidadania, em frente a Reitoria, cujo projeto paisagístico é do Roberto Burle Marx, arquiteto e artista plástico brasileiro.

A idéia de construir uma Feira no Campus Universitário surgiu em 2005 e a formalização da Feira como projeto deu-se em 2006.

No entanto, a Feira está desvinculada da universidade via ação de extensão, desde o ano de 2010. Neste ínterim, a Feira cresceu desordenadamente, tanto em número de feirantes, quanto em visibilidade dentro da Universidade e fora dela, demonstrando um aumento, considerável, em relação ao fluxo de pessoas que a frequentam.

Segundo um dos entrevistados (E5), a partir do momento que a administração da instituição assumiu, ocorreu uma auditoria interna no intuito de realizar um levantamento e detectar a situação de todos os espaços ocupados por terceiros no Campus Universitário, e um destes espaços sinalizou a situação da Feira da UFSC. Gerou-se um relatório do resultado desta auditoria e cópias deste relatório foram encaminhados à Procuradoria Geral da União - PGU, para que eles tomassem ciência da situação. Posteriormente, a administração recebeu uma indagação, uma ordem de serviço da PGU, para falar sobre o que estava sendo feito em termos de adequação das áreas ocupadas por terceiros no âmbito da Universidade, inclusive a Feira da UFSC.

A partir deste contexto, em junho de 2013, a Pro Reitor de Administração convocou uma reunião, cujo objetivo foi diagnosticar a situação da Feira naquele momento. Segundo a Reitoria a Feira encontrava-se fora dos padrões que orientam a comercialização de produtos e serviços no espaço institucional, inadequada em relação aos critérios estabelecidos para a produção, processamento e comercialização de alimentos, fora dos padrões estabelecidos nas normas de utilização do espaço físico (energia, estacionamento) da Universidade, descaracterizada em relação aos princípios contidos no projeto inicial e inativa via qualquer ação de extensão.

O coordenador do antigo projeto informou no primeiro encontro que não poderia participar e assumir responsabilidades neste trabalho, pois ele encontrava-se afastado do projeto desde o segundo ano de existência da Feira, então, o coordenador do LACAF- Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar - assumiu esta atividade, provisoriamente, já que o contexto da Feira identifica-se com a área de interesse do Laboratório – Comercialização da Agricultura Familiar.

A equipe do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar, inicialmente, se propôs realizar um diagnóstico da situação da Feira. A partir desta decisão, iniciou-se o estudo presente, no sentido de analisar a (re) construção social da Feira na modalidade de circuito curto de comercialização no âmbito dos conceitos norteadores da Economia Solidária e da agroecologia.

3. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

O termo Economia Solidária compreende muitas práticas econômicas e não há um consenso sobre o seu significado. Em geral, envolve cooperação, autogestão, solidariedade e agroecologia. A agroecologia, no sentido do saber ecológico aplicado à agricultura, fortalece famílias e comunidades integradas aos ecossistemas, portanto encaixa-se perfeitamente neste contexto.

No processo de reorganização de uma feira cuja proposta inicial foi criar um espaço para comercialização, trocas, educação, cultura, desenvolvimento humano integrado e atuação consciente e responsável, quais as questões que travam as ações dos envolvidos no processo de reorganização de um espaço comercial e solidário?

4. HIPÓTESE

Por meio da progressiva conscientização da importância de reorganizar a Feira para a permanência da mesma no espaço UFSC é possível, através da compreensão do significado dos princípios que embasam os conceitos de Economia Solidária e da prática no dia a dia da Feira, apontar caminhos, entraves e necessidades para a prática de um espaço comercial com características de espaço solidário.

5. OBJETIVOS

5.1. Objetivo Geral

Analisar, a partir da abordagem da Economia Solidária, os entraves e as possibilidades na reconstrução social da Feira da UFSC.

5.2. Objetivos Específicos

Participar das reuniões e acompanhar o processo de reorganização envolvendo os interessados ligados à Feira UFSC;

Levantar as necessidades, problemas e potenciais para a manutenção da Feira como espaço de Economia Solidária;

Apontar caminhos que permita manter a Feira como espaço comercial sem perder a identidade como espaço de Economia Solidária;

6. JUSTIFICATIVA

Após analisar as condições em que a Feira encontrava-se no início do segundo semestre de 2013 e compará-las com a proposta contida no Projeto inicial percebeu-se que a mesma não estava de acordo com a proposta sugerida.

No projeto inicial a Feira baseou-se nos princípios que norteiam a Economia Solidária, como autogestão, cooperativismo e solidariedade em um espaço democrático e agroecológico.

No entanto, para a permanência da Feira no espaço físico da UFSC, a Reitoria exigiu que os feirantes se organizassem e adequassem o espaço da Feira no sentido de regulamentar as atividades que envolvem a comercialização no ambiente Institucional, sugeriu que adequassem também os processos que abrangem a manipulação de alimentos, o mais próximo possível, das normas de Segurança Alimentar e que a Feira adquirisse uma identidade que se aproximasse das características de um Comércio Solidário. A partir deste contexto, iniciou-se o trabalho presente, a fim de analisar as ações e apontar os caminhos que permita manter a Feira como espaço comercial sem perder a identidade como espaço solidário e ainda, verificar em qual circunstância a Feira alcançou o objetivo estabelecido no projeto inicial.

Diante da importância da permanência da Feira, tanto para os feirantes quanto para a comunidade local e acadêmica, deu-se início a este estudo. O processo de reorganização da Feira ocorre com a mediação do LACAF, colaboração dos feirantes, que se propuseram a reorganizar o espaço da Feira no intuito de aproximar a identidade da Feira da UFSC à proposta estabelecida no projeto inicial.

7. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi sensível à pesquisa-ação que trata de um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1998).

Para a efetivação da pesquisa acompanhou-se reuniões com a Universidade e reuniões específicas com os feirantes, entrevistas com os envolvidos no projeto inicial, entrevistas com os feirantes, participou-se presencialmente nas quartas feiras – dia de Feira da UFSC – para obtenção de dados feitos através da observação e prática coletiva.

A primeira reunião ocorreu em julho de 2013 a pedido da reitoria e estavam presentes o coordenador do projeto inicial, feirantes, o coordenador do LACAF e o representante da reitoria de administração. Após, em agosto de 2013, houve outra reunião entre coordenador do LACAF e estagiários, coordenador do projeto inicial e feirantes, conforme Ata. A terceira reunião aconteceu em setembro de 2013 entre representantes da reitoria, feirantes, coordenador do LACAF e estagiários, conforme Ata. Todas ocorreram em salas disponibilizadas pela UFSC. Houve também no decorrer do processo vários encontros entre feirantes e estagiária no espaço físico da Feira para efetivação dos encaminhamentos acordados nas reuniões.

O Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar faz parte do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural estabelecido no Centro de Ciências Agrárias, UFSC.

A partir do primeiro encontro, estabeleceu-se a possibilidade de realização de uma pesquisa que pudesse intervir diretamente na realidade, orientada para o empreendimento solidário que tivessem, em sua organização, características que aproximassem a Feira da Economia Solidária.

Portanto, essa pesquisa parte da ação do LACAF, com papel ativo na construção de uma proposta flexível, avaliada e resignificada de acordo com os problemas encontrados e necessidades de aperfeiçoamento do processo.

No segundo encontro, como forma inicial de organização, dividiu-se a Feira em três categorias. As categorias foram: alimentícios/coloniais, orgânicos e artesanato.

Na primeira fase da pesquisa-ação levantou-se o histórico da Feira desde seu projeto inicial. Para esta ação realizou-se entrevistas com os idealizadores do projeto (duas pessoas), feirantes (duas pessoas) que participam desde o início da Feira e um dos representantes da

atual administração da universidade. As cinco entrevistas estão sinalizadas durante o trabalho como E1 e E2 (anexo 15), E3, E4 (anexo 16) e E5 (anexo 17) e seus relatos encontram-se distribuídos conforme a ordem dos acontecimentos. No segundo momento realizou-se um levantamento para a obtenção de um diagnóstico. Aplicou-se um questionário para obter dados referentes ao número de famílias envolvidas, tempo de permanência da Feira, produtos comercializados, identificação dos feirantes e número de feirantes em cada categoria estabelecida anteriormente.

A partir do diagnóstico construiu-se a proposta de intervenção. Identificou-se que o primeiro passo seria a conscientização dos atores nos princípios e práticas da Economia Solidária, que estaria interligada a um processo mais amplo, com metas a longo prazo.

Em seguida, construiu-se, em comum acordo, um Núcleo Gestor (NG) para iniciar atividades de autogestão do espaço.

Com a definição institucional da intervenção a ser realizada no local, estabeleceu-se um marco teórico voltado para a escolha dos conceitos-pilares da construção desta possibilidade, de estratégias de organização coletiva, da construção de espaços de discussões e tomada de decisões, da percepção crítica da realidade.

Em seguida definiu-se a intervenção específica a ser realizada. A proposta foi integrar a teoria e a prática com diálogo, experiência diária em ações que condizem com os princípios da Economia Solidária como a autogestão, o cooperativismo e a solidariedade.

Este trabalho de conclusão de curso que buscou levantar as necessidades para a construção de um espaço comercial e solidário realizando uma pesquisa-ação durante os meses de agosto, setembro e outubro. Neste período, foi possível acompanhar as atividades iniciais até a formulação do regimento interno da Feira (anexo 10).

CAPÍTULO 2

1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo serão apresentadas as referências bibliográficas utilizadas para a análise do estudo presente.

1.1. Economia Solidária - ES

A Economia Solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A Grã-Bretanha foi a pátria da Primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno. Por isso, industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores, entre eles encontrava-se Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark (SINGER, 2002).

Segundo Lopes (2012) Owen foi o formulador ideológico do cooperativismo de interesses (1771-1858). A proposta cooperativista nasceu em 1817, como a de uma solução permanente ao desemprego descomunal, gerado pela primeira crise econômica de superprodução industrial, na Grã-Bretanha. Owen apresentou, neste período, seu projeto de *aldeias cooperativas* cujas unidades sócio-econômicas – agregando, cada uma, de 800 a 1200 indivíduos desempregados – seriam constituídas pelos investimentos, privados e públicos, de materiais e maquinários excedentes. Os cooperados trabalhariam para ressarcir os investidores, atender suas necessidades de moradia e produzir excedentes que seriam reaplicados na ampliação das instalações, na manutenção das escolas para seus filhos e na amortização dos juros devidos aos investidores. Mas, na segunda década do século XIX, o governo britânico se negou a implantar o engenhoso plano de Owen.

O emergir da Economia Solidária entrelaça-se com o feminismo, com o despontar da agroecologia e o revigoramento das formas familiares de produção agrícola, expressões culturais em defesa da sociedade frente ao fundamentalismo de mercado, partes de uma transição paradigmática e civilizacional. A Economia Solidária sinaliza outro paradigma produtivo e civilizatório, estando bem sintonizada com as novas possibilidades organizacionais. Por refutar o produtivismo, a Economia Solidária revela outra modernidade, outra civilização com novas formas de viver e de se relacionar, outra visão sobre o progresso, sobre o político e sobre a aliança da humanidade com a natureza (LISBOA, 2003).

O desenvolvimento de um paradigma de organização da sociedade que se embasa na valorização do trabalho e se direciona para a efetivação do humanismo social. Este modelo denominado de economia solidária tem como propósito o desenvolvimento de alternativas para o bem-viver dos setores populares marginalizados pelo modelo econômico dominante. Pode-se demonstrar a relevância social da solidariedade, da cooperação e da autogestão (SGUAREZI et al., 2008).

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. Neste conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, solidariedade e ecologia. É necessário perceber que essas características, embora sejam complementares e nunca funcionem isoladamente, podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes na Economia Solidária (SENAES/MTE, 2013).

Trata-se de uma outra economia que se confronta com os interesses da reprodução do capital e do poder de uma outra economia que contribui para o avanço civilizatório de duas formas. Primeiramente, pelo desenvolvimento das forças, produtivas, de uma forma sustentável a longo prazo que se traduz em economias internas pela eliminação de atravessadores, obtendo-se menores custos de produção e maior capacidade de acumulação. E, segundo, por gerar um novo padrão de relacionamento humano (LISBOA, 2005).

O objetivo principal da Economia Solidária é a reorganização das ações sociais de modo a promover a realização humana de cada pessoa, assegurando-lhe as condições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade. Essas práticas operam sob formas de colaboração solidária (MANCCE, 2005).

A organização coletiva é o principal elemento de constituição de empreendimentos solidários. Dentre as principais formas de organização, o associativismo e o cooperativismo ganham destaque como formas de agregar interesses comuns e definir os rumos para a ação. A resignificação local do movimento solidário adquire forma a partir de arranjos definidos dentro de um contexto econômico excludente (SGUAREZI et al., 2008).

A Economia solidária se refere a um conjunto de experiências econômicas que questiona a lógica capitalista da acumulação e toma em conta dimensões humanas além da dimensão econômica dentro dos grupos. Entende-se por - dimensões humanas além da dimensão econômica - a valorização das relações solidárias, ou seja, uma redefinição das relações entre os membros dos grupos no que tem a ver com a organização da produção e os comportamentos de consumo, visando a autonomia e o bem-estar de todos em vez do enriquecimento de uma minoria, segundo a lógica capitalista (BRASSARD-DUPERRÉ, 2005).

A Economia Solidária consolida-se não somente como um movimento social e econômico, mas como um modelo estratégico de desenvolvimento. Ela ampara-se, através da solidariedade, na generosidade, na cooperação, no respeito ao ambiente, buscando a formação

de um novo modelo civilizatório. Tais pressupostos não possuem somente caráter econômico. A formação de um novo modelo de civilização exige a harmonia entre homens e ambiente, entre desenvolvimento e sustentabilidade, entre a geração atual e as futuras. Em razão disto é que se defende que ela deva assumir uma posição de sobreprincípio, podendo direcionar os demais princípios a ela submetidos de forma a construir uma nova racionalidade ética, jurídica, ambiental, suficiente para direcionar a humanidade para uma convivência mais harmoniosa entre os homens e destes com os demais seres, fazendo jus ao argumento de que o planeta é um grande sistema, autorregulado, interdependente, que se reproduz conforme a disposição de seus elementos (JESUS, 2009).

A equidade intergeracional pressupõe ser cada geração ao mesmo tempo depositária e usuária do patrimônio comum do planeta e isso implica direitos e obrigações de caráter intergeracional. Contudo, as gerações futuras não podem reivindicar pessoalmente o respeito a seus direitos, e, portanto, necessitam, para isso, de um representante. O princípio de equidade entre gerações impõe uma mudança do agir ético e uma reformulação da noção de responsabilidade (ALMEIDA e MARQUES, 2006).

1.1.1. Autogestão como Prática Participativa

Talvez a principal diferença entre a economia capitalista e economia solidária seja o modo como as empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo e, a segunda, administra-se democraticamente, ou seja, pratica-se a autogestão. Quando a empresa solidária é pequena, todas as decisões são tomadas em assembléias, quando é grande, as assembléias gerais são mais raras, então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberarem em nome de todos (SINGER, 2002).

Por advirem duma intensa interação humana, em geral de ordem comunitária e até familiar, os empreendimentos da Economia Solidária são metabolicamente distintos dos organizados pelo capital. Como neles vige o princípio da autogestão, não são empreendimentos individualistas regidos pela propriedade privada e pelo trabalho subalterno. Trata-se duma dinâmica econômica geradora de inclusão: é a reprodução da vida de todos os envolvidos que conta, e não meramente o máximo de rentabilização patrimonial (LISBOA, 2003).

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária (SINGER, 2002).

Em geral, se aponta a autogestão – que corresponde à democracia na economia – como a característica central e definidora da ES. Sem dúvida que a autogestão é uma característica que qualifica a ES, porém é preciso admitir que ela não somente é uma condição insuficiente, como também pode ser um elemento não necessário para definir o caráter solidário de uma atividade econômica. No contexto da vida moderna não há a possibilidade de autogestão do processo social de produção em seu conjunto e nem mesmo nas grandes unidades técnicas que o compõem. Como não existimos independentes do nosso entorno, a autonomia sempre é relativa, é autonomia na heteronomia, ambas coexistem. A autonomia absoluta é autismo, anomia e a heteronomia plena é alienação, impotência servidão. É o paradoxo da auto-organização com auto-limitação: para ser autônomo é necessário depender do mundo externo (LISBOA, 2005).

A análise do caráter autogestivo dos empreendimentos solidários é uma tarefa complexa e atravessa de forma recorrente os estudos de caso pesquisados no campo da Economia Solidária. Tal análise envolve questões diversas, como o processo de organização do trabalho no empreendimento, as formas de participação dos cooperados nas decisões tomadas, os conflitos que emergem nesses contextos e a forma como os cooperados os encaminham, assim como o papel ocupado pelas incubadoras na gestão (COUTINHO e DAL MAGRO, 2008).

1.1.2. Cooperativismo e Economia Solidária no Brasil

Iniciativas Cooperativistas são relatadas no Brasil desde 1610, em que missões Jesuíticas fundaram um modelo de sociedade solidária entre os missionários, indígenas e colonizadores. Por mais de 150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, cujo bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico. A Persuasão era linha de guia para os padres jesuítas que se baseava na persuasão e no princípio do auxílio mútuo (mutirão), prática encontrada entre os indígenas

brasileiros e em quase todos os povos primitivos, desde os primeiros tempos da humanidade (SESCOOP, 2007).

A recente multiplicação e expansão de organizações e redes atuando internacionalmente nos campos da economia, política e cultura, visando assegurar as liberdades públicas e pessoais, devem-se, entre outras razões, ao fato de que o modelo capitalista neoliberal vem globalitariamente suprimindo e fragilizando as mediações garantidoras dessas liberdades (MANCIE, 2002).

O cooperativismo radicaliza a característica empreendedora do capitalismo, já que a proposta de cooperativização abrange, no limite, a toda a sociedade, de modo a que, virtualmente, todos os indivíduos exerçam como cooperados as atividades mais importantes aos seus interesses pessoais. Portanto, o cooperativismo propõe a universalização do empreendedorismo, instrumentalizando-o através da associação de interesses dos cooperados. A proposta cooperativa é a de fortalecimento dos empreendedores sociais, como forma de intensificar a sociabilidade moderna e a autonomia dos indivíduos que a compõem, vislumbrando-os como potencialmente capazes de gerir seus próprios interesses (LOPES, 2012).

No cooperativismo há preocupação com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e cultural sendo um sistema de cooperação que, historicamente, aparece junto com o capitalismo, mas é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores (CULTI, 2007).

Para existir uma sociedade em que predomine a igualdade entre seus membros, é preciso que a economia seja solidária ao invés de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade devem cooperar entre si em vez de competir, o que está de acordo com a divisão do trabalho entre empresas e dentro de empresas. Cada um desempenha uma atividade especializada da qual resulta um produto que só tem utilidade quando complementado pelos produtos de outras atividades (SINGER, 2002).

1.1.3. O Significado da solidariedade no exercício da organização coletiva

É difícil conceber a importância da solidariedade, numa sociedade marcada pela competição e pelo individualismo. Sendo que a lógica do mercado se regula pela concorrência, pela vitória de um sobre o outro, a cooperação perde o seu sentido de ajuda mútua para se reduzir a uma tática de intervir no mercado: unir-se com uns para competir com

outros. Assim, o desafio de construir organizações cooperativas no contexto de competição e luta desenfreada pela sobrevivência se torna bastante complicado sem um espaço de reflexão sobre o significado do ato cooperativo, da importância da convivência e da solidariedade. A compreensão do sentido da solidariedade é maior que o exercício de atitudes solidárias (ANDRIOLI, 2002).

Quando nos referimos ao sentido da solidariedade estamos nos referindo à necessidade de construirmos uma “cultura solidária” entre as pessoas, não com base no simples altruísmo ou “espírito de ajuda ao próximo”, mas com significado de resistência conjunta diante de adversidades comuns e de criação de instrumentos coletivos para intervenção na realidade e superação de problemas de maneira organizada. É esse o sentido da solidariedade: a consciência de grupo diante de problemas comuns e a organização coletiva para construir soluções (ANDRIOLI, 2002).

Assman e Sung (2000) diferenciam a solidariedade em dois campos: a solidariedade emergencial/transitória e a solidariedade estrutural. A primeira estaria ligada ao atendimento a pessoas e grupos vítimas de grandes catástrofes ou acidentes naturais na qual as questões de princípios não são tão importantes e a segunda, pelo contrário, está impregnada de fatores éticopolíticos que se orientam na busca de soluções estruturais sustentáveis para problemas amplos e de caráter persistente, cuja adesão é obstaculizada em função das concepções políticas, culturais, sociais, religiosas.

Para Sung (2013), algumas vezes o termo solidariedade é invocado para garantir privilégios de um determinado grupo ou para garantir interesses cooperativistas, uma concepção perversa da solidariedade. Para o autor, o termo é usado, em geral, para dois sentidos básicos. O primeiro tem a ver com a realidade de que todos nós estamos interligados, queiramos ou não, saibamos ou não. Todas as coisas e todos os seres vivos estão interligados e o que acontece a uma parte desta grande rede acaba afetando ao restante. É a idéia de que "estamos condenados à solidariedade", idéia que está na base do pensamento ecológico. O segundo sentido é que a solidariedade é um valor ético que devemos viver. A solidariedade entendida neste sentido reconhece que o simples conhecimento do fato da interdependência não é suficiente para que as pessoas sintam empatia ou compaixão (sentir a dor do/a outro/a) e assumam posturas e ações solidárias. Esta é uma das razões pelas quais nós enfatizamos a expressão "sensibilidade solidária". Queremos mostrar que a solidariedade pressupõe uma epistemologia, uma forma de conhecer a realidade, que seja intrinsecamente solidária, isto é, que mostre a interdependência de todas as coisas e de todos os seres vivos. Mas, ao mesmo tempo, queremos insistir que um verdadeiro conhecimento solidário não se restringe ao nível

da consciência ou do conhecimento intelectual, vai muito além, é um conhecimento que tem a ver com a corporeidade e com a opção ética de cada um, em outras palavras, com a sensibilidade (SUNG, 2013).

1.1.4. Agroecologia no Contexto da Economia Solidária

A crise gerada pelos sistemas alimentares industriais no Brasil abre espaço para a discussão de novas proposições de desenvolvimento local que incorporem não apenas variáveis técnico-produtivas, econômicas e ambientais, mas também valores-éticos, sociais e culturais. Princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradições locais podem ser incorporados às relações entre produção e consumo (DAROLT, 2012).

Na agricultura, há um modelo de desenvolvimento predominante em que se esperam cada vez mais altos índices de produção e produtividade para alimentar uma população também crescente, porém consubstanciado na degradação do meio ambiente, na dependência do petróleo, nos monocultivos, nas dificuldades de acesso a terra e a sementes, entre tantas mazelas observadas nas explorações das atividades rurais (MELÃO, 2010).

Neste sentido, a Agroecologia é uma ciência, um conjunto de conceitos, princípios e métodos que permitem estudar, manejar e avaliar um ecossistema agrícola, oferecendo diretrizes para uma agricultura mais sustentável, ambientalmente sadia, socialmente justa e economicamente viável (ALTIERI, 2008).

Com base na participação ativa da população, a Economia Solidária mobiliza de forma autônoma e responsável os recursos presentes no território, propiciando uma dinâmica de autoconfiança que revigora as identidades locais e a auto-estima social, minimizando a degradação ambiental. A Economia Solidária se insere numa espécie de “pacto territorial”, ou seja: tem um compromisso com o processo de desenvolvimento local e sustentável onde cada região é sujeita ativa do seu desenvolvimento (LISBOA, 2003).

A Agroecologia busca resgatar no agricultor sua condição de sujeito social, pois se no modelo da agricultura convencional, ele e sua família são um mero produtor de matéria prima bruta, um fornecedor de mão de obra barata, um consumidor de insumos agropecuários industrializados, no processo de agroecologia ele tem possibilidade de dominar o processo na sua integralidade, desde a produção, transformação, armazenamento, até a comercialização, restabelecendo sua relação com o consumidor. Nesta perspectiva, o meio rural deixa de ser um simples local da produção da matéria bruta e recupera sua condição de espaço de

socialização, de vivência e convívio entre agentes sociais da ruralidade e destes com aqueles que vivem no meio urbano (KARAN e ZOLDAN, 2003).

A Agricultura Familiar tem papel preponderante na manutenção da agrobiodiversidade e na segurança alimentar e tem uma relação direta com a qualidade e quantidade de produtos presentes na refeição do consumidor (RIO APA, 2007).

No que tange à comercialização de alimentos da agricultura familiar de base ecológica é fundamental analisar as suas estratégias para se posicionar no mercado. A produção em unidades familiares diversificadas e a comercialização em cooperativas, visando gerar ganhos de escala por cooperação, representam continuidades históricas com a cultura camponesa (ROVER e LAMPA, 2013).

1.1.4.1. Qualidade dos produtos orgânicos e sistemas de garantias

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo a qualidade dos produtos orgânicos produzidos no Brasil é garantida de três diferentes maneiras: com a Certificação, com os Sistemas Participativos de Garantia e com o Controle Social para a venda direta sem certificação. Juntos, a Certificação e os Sistemas Participativos de garantia formam o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica–SisOrg e são realizados por Organismos de Avaliação da Conformidade.

Os SisOrg, quando credenciados, passam a ser responsáveis por lançar e manter atualizados os dados ligados a todas as unidades de produção que estejam sob seu controle no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e no Cadastro Nacional de Atividades Produtivas. O mecanismo de certificação dá-se por meio de empresas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. Mais conhecidas como Certificadoras, estas empresas realizam inspeções e auditorias, seguindo procedimentos básicos estabelecidos por normas reconhecidas internacionalmente. Uma delas é não ter nenhum tipo de ligação com o processo produtivo que estão avaliando. Os Sistemas Participativos de Garantia caracterizam-se pelo controle social e pela responsabilidade solidária, podendo abrigar diferentes métodos de geração de credibilidade adequados a diferentes realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas (MAPA, 2012).

A certificação participativa fundamenta-se nas relações de confiança e participação dos envolvidos no processo (produtores, consumidores, técnicos, comerciantes, organizações

associativas e cooperativas, entre outros), para que haja a garantia da qualidade do produto, desde a produção até o consumo. Atualmente, esse tipo de garantia leva o nome de Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade – OPAC. A partir de 2011, todo produto orgânico brasileiro, independentemente do sistema de certificação adotado, leva o selo de garantia SISORG - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. Os produtos vendidos diretamente pelos agricultores familiares (feiras, pequenos mercados, entrega de cestas) estarão isentos do selo, desde que esses agricultores estejam vinculados a uma Organização de Controle Social – OCS - cadastrada nos órgãos do Governo Federal. (MELÃO, 2010).

Para entender melhor a relação entre produtos orgânicos e credibilidade é necessário entender o que é Controle Social e Responsabilidade Solidária. O Controle Social é um processo de geração de credibilidade, necessariamente reconhecido pela sociedade, organizado por um grupo de pessoas que trabalham com comprometimento e seriedade. Ele é estabelecido pela participação direta dos seus membros em ações coletivas para avaliar a conformidade dos fornecedores aos regulamentos técnicos da produção orgânica. A Responsabilidade Solidária acontece quando todos os participantes do grupo comprometem-se com o cumprimento das exigências técnicas para a produção orgânica e responsabilizam-se de forma solidária no caso do não cumprimento delas (MAPA, 2012).

1.1.4.2. Rede Ecovida de Agroecologia e certificação participativa

A Rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 1998, como resultado de um processo de articulação de organizações e movimentos sociais, visando construir uma alternativa ao modelo de agricultura dominante no país. A rede é organizada em núcleos regionais espalhados pela região Sul do Brasil. Cada núcleo reúne membros de uma microrregião com características semelhantes (ROVER e LAMPA, 2013).

A Rede Ecovida tem como objetivos desenvolver e multiplicar iniciativas de agroecologia, estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos, aproximarem de forma solidária agricultores (as) e consumidores (as), estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular e ter uma marca e um selo que expressem o processo, o compromisso e a qualidade. A Rede conta com 21 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores (as), 20 Organizações não governamentais - ONGs e 10 cooperativas

de consumidores (as). Em toda a área de atuação da Ecovida, são mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização. No caso da agroecologia – e da Rede Ecovida –, há a aposta na certificação participativa e o objetivo central não é a obtenção de um selo (embora esse também exista), mas o fortalecimento das redes agroecológicas e de seu modo de produzir. É um método pelo qual produtores (as), consumidores (as) e associados na rede produtiva asseguram que as normas de produção ecológica foram seguidas (IBASE, 2011).

A Ecovida é uma rede organizacional constituída com o propósito de lutar contra algumas perspectivas hegemônicas do sistema social e econômico. Em seu campo de atuação, ela produz resistências e enfrentamentos com o modo de produção agroquímico/convencional, com as formas de organização verticalizadas/diretivas, com mecanismos de comercialização que afastam quem produz de quem consome e que geram um distanciamento e alienação a respeito das dinâmicas produtivas (ROVER, 2011).

1.2. Produtos ofertados em redes de Comércio Solidário

As experiências de economia solidária deram origem aos empreendimentos econômicos solidários, sendo esses o local onde ocorre à produção e, em alguns casos, a comercialização dos produtos resultantes do trabalho coletivo e autogestionário. Dentre os produtos mais significativos encontram-se: o artesanato, os produtos agrícolas, a reciclagem, produção de alimentos e outros. Os empreendimentos podem ser tanto para autoconsumo quanto para a comercialização (SILVA e CLEPS, 2008).

Em relação aos produtos comercializados, cabe ressaltar que, nos seus primeiros anos de vida, as lojas e feiras de comércio justo ofereciam basicamente produtos artesanais. Progressivamente, a variedade foi aumentando, abarcando hoje uma gama de 2500 produtos, oriundos principalmente dos setores alimentício, têxtil e artesanal, incluindo bijuterias, brinquedos e artigos para o lar (ZERBINI e PISTELLI, 2003).

A cesta de produtos por parte dos grupos de compra pode incluir diversos tipos de bens. Em alguns grupos são adquiridos além de produtos da agricultura ecológica, outros de uso cotidiano como: cosméticos, produtos de limpeza e higiene entre outros. Um dos critérios é a escolha por produtos da agricultura de base ecológica, por seguir princípios sustentáveis no manejo dos agroecossistemas e de todos os benefícios decorrentes. Outro critério de seleção é preferir produtos locais, produtos mais frescos, com menor custo de transporte, embalagens e diminuição da poluição, além de preços mais acessíveis. Outro ponto é que o mercado local estabelece uma relação mais solidária entre produtores e consumidores. No

local, é possível esclarecer detalhes sobre a qualidade do produto e, até mesmo, esclarecer problemas que possam ter ocorrido no processo de produção. Outro aspecto a ressaltar é a valorização do território e de suas tradições locais (DAROLT, 2012).

A agroecologia, em geral, caracteriza-se pela diversidade de produtos. Assim, um produtor agroecológico pode participar da feira com produtos in natura como hortaliças, frutas, ervas medicinais, criações, ovos e mudas. No controle interno da qualidade da produção, podem-se mapear os produtos por produtor e época de colheita organizando sua comercialização para que não falem ou cheguem em excesso na feira (INSTITUTO KAIRÓS, 2011).

1.3. Circuitos Curtos de Comercialização

Ainda não existe uma definição oficial no Brasil sobre circuito curto, mas os representantes do setor agroalimentar na França tem utilizado o termo para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até um intermediário entre produtor e consumidor (CHAFFOTTE e CHIFFOLEAU, 2007).

Dois casos de circuitos curtos podem ser distinguidos: a *venda direta* – quando o produtor entrega diretamente a mercadoria ao consumidor – e, a *venda indireta* – via um único intermediário que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno mercado local. Outras denominações como circuitos de comercialização locais, mercados de proximidade ou mercados locais também costumam ser utilizadas (DAROLT, 2012).

A articulação entre os diferentes atores ligados ao mercado local abre a possibilidade de estruturação e fortalecimento da agricultura de base ecológica. Há diferentes formatos de circuitos curtos que podem ser seguidos, com características, vantagens e desvantagens, que precisam ser avaliadas. A compra em circuitos curtos é também uma forma de fugir da padronização imposta pelo sistema agroalimentar industrial, que uniformiza modos de vida e direciona o consumo (DAROLT, 2013).

A criação de instituições especializadas na intermediação comercial vem-se difundindo bastante. São formas bastante variadas de organização, como agências de comercialização que difundem informações sobre produtos e produtores e estabelecem contatos com possíveis compradores, centrais ou cooperativas de comercialização, que reúnem a produção de um certo número de produtores para a comercialização coletiva, consórcios entre pequenos negócios, associações de produtores ou apenas formas de

cooperação informal entre pequenos empreendimentos ou pequenos produtores. Estas organizações não se propõem a criar grandes estruturas de armazenamento, transporte e comercialização, mas apenas a realizar, com baixo custo, a intermediação comercial. A inserção dos produtores nos mercados locais mostra-se a alternativa mais viável, pois exige menor escala de produção e menores exigências de qualidade. Normalmente a comercialização é organizada através de feiras e vendas em pequenos mercados. Quanto maior for a articulação entre os atores de uma região (associação de produtores e consumidores, poder público municipal, estadual e federal, empresas e ONGs) maiores serão as oportunidades para o crescimento de uma produção de qualidade e um mercado justo. As feiras enquanto circuito curto de comercialização é também um espaço social, cultural e educativo (ABRAMOVAY, SAES, SOUZA e MAGALHÃES, 2003).

Um dos pilares das unidades produtivas de pequena escala é o trabalho familiar, que tem uma carga intensa e deve aliar diferentes competências (produção, transformação e comercialização) no intuito de diminuir custos e agregar valor aos produtos. Nesses sistemas, a autonomia do agricultor em termos de gestão, planejamento e comercialização é maior quando comparada à dos circuitos longos (DAROLT, LAMINE e BRANDENBURG, 2013).

As propriedades em circuitos curtos são mais diversificadas, trabalhando com uma ampla gama de produtos vegetais (olericultura e fruticultura, na maioria) e de origem animal (ovos, queijo, leite e derivados, embutidos, mel). Se, por um lado, essa alta diversificação é desejada, por ser coerente com os princípios do manejo agroecológico, por outro, torna o planejamento mais complexo. Observa-se ainda que essas unidades produtivas tendem à pluriatividade, com investimentos em agroturismo, gastronomia, lazer, alojamento e atividades pedagógicas (DAROLT, 2012).

1.4. Feiras em Rede da Economia Solidária e Agricultura Familiar

As feiras são a forma mais antiga de relacionamento comercial entre produtores e consumidores e todas as feiras se realizavam em períodos relacionados com festividades religiosas. A palavra latina *feria*, que significa dia santo/feriado, é que deu origem à feira em português, *feria* em espanhol ou *fair* em inglês (DAROLT, 2012).

A parceria entre consumidores e produtores na organização de feiras agroecológicas e da economia solidária é uma prática de consumo responsável. São encontradas tanto nos vilarejos e pequenos municípios, onde vemos os agricultores familiares comercializando suas próprias produções, como nos grandes centros urbanos, onde aqueles foram, em grande parte,

substituídos por feirantes/comerciantes que adquirem produtos dos Centros de Abastecimentos (CEASAs) para comercializá-los nas feiras livres. Nas grandes cidades, podemos encontrar também feiras de produtos orgânicos, com produtos alimentícios *in natura* ou beneficiados vendidos pelos agricultores familiares ou representantes que buscam praticar um preço mais justo para todos os elos da cadeia de produção (INSTITUTO KAIRÓS, 2011).

Há, basicamente, três tipos de feiras que comercializam produtos da agricultura de base ecológica: feiras orgânicas, agroecológicas e mistas (IPARDES e IAPAR, 2007).

Segundo Darolt (2012), nas feiras orgânicas, todo produto comercializado, deve ser certificados. A maior parte dos produtos comercializados *in natura* são hortaliças e frutas. Os processados são produtos do próprio agricultor e de terceiros, também certificados. Todos os produtos comercializados nesse espaço devem ter a garantia de produção dentro das normas de produção e comercialização orgânicas, com mais de 95% de ingredientes orgânicos. Este tipo de feira tende a se estabelecer em cidades maiores, como capitais e regiões metropolitanas.

Já nas Feiras Agroecológicas ou Ecológicas são comercializados produtos certificados (hortaliças e frutas) e alguns não certificados (pães, biscoitos, massas caseiras e derivados de leite). Esses alimentos processados são produzidos, normalmente, com parte dos ingredientes não orgânicos e, por isso, não podem ser certificados. A legislação brasileira permite que produtos orgânicos vendidos diretamente aos consumidores em feiras e pequenos mercados locais não utilizem o selo de certificação. Entretanto, para isso, os produtores precisam fazer parte de uma Organização de Controle Social (OCS) cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou outro órgão fiscalizador credenciado, que tem o papel de orientar e garantir a qualidade e a rastreabilidade do produto orgânico.

Nas feiras mistas, barraca de venda de produtos certificados encontra-se lado a lado com barracas de produtos convencionais e hidropônicos. Neste caso, as barracas certificadas para orgânicos são devidamente identificadas com o selo de qualidade, mas normalmente são minorias no total de barracas convencionais. Neste tipo de feira, o consumidor precisa estar atento para diferenciar o produto orgânico em relação aos similares convencionais. Outro fato, é que na maioria dos casos, os produtos convencionais dessas feiras não são produzidos por quem vende, mas trazidos das Centrais de Abastecimento (CEASA's).

As feiras são normalmente administradas por uma parceria entre o poder público local (prefeituras), as organizações de produtores e de consumidores e instituições de apoio à agricultura ecológica (ONGs, universidades, institutos de pesquisa e extensão). São baseadas num regulamento que exclui atravessadores e valoriza os produtos regionais. A maioria dos

produtos são certificados de forma participativa. As feiras constituem espaço social, cultural e educativo, que promove a diversidade, resgata valores e crenças e possibilita a troca de informações sobre alimentação, saúde e qualidade de vida (DAROLT *et al*, 2013).

Na economia solidária, as feiras constituem importante estratégia de comercialização, combinando espaços de venda direta, trocas solidárias e rodadas de negócios. Além de viabilizar a produção dos bens e serviços comercializados, estes espaços também resgatam relações personalizadas entre produtores e consumidores, favorecendo a fidelidade do consumo de produtos e serviços de origem solidária, e também da produção familiar e agroecológica. As feiras proporcionam também o encontro e o intercâmbio de conhecimentos conceituais e práticos e o fortalecimento da articulação da economia solidária em fóruns e/ou redes (SENAES/MTE, 2013).

Durante as feiras os produtores podem comercializar seus produtos como resultantes da Economia Solidária, o que permite uma maior valorização das mercadorias, além de garantir a aproximação entre produtores e consumidores. Porém, o que ocorre é que na comercialização em feiras livres o produto da socioeconomia solidária não é diferenciado dos demais. Dessa forma, os produtores são prejudicados, visto que na economia solidária o processo produtivo é diferente da produção dos demais produtos e o resultado das vendas é dividido entre o grupo. (SILVA e CLEPS, 2008).

CAPÍTULO 3

1. O papel das universidades públicas na construção da Economia Solidária no Brasil

É fundamental o papel das universidades no desenvolvimento de projetos integrados de pesquisa e ensino que possam responder as necessidades reais da população tanto em termos econômicos quanto sociais. Além disso, a Universidade tem necessidade de retomar o processo de democratização que se instalou na sociedade (DUBEUX, 2007).

Segundo Culti (2007), o envolvimento das universidades tem sido importante no apoio às iniciativas da economia solidária em vista da sua capacidade de pesquisa, extensão e transferência de tecnologia, portanto, na elaboração teórica e realização de atividades práticas executadas por meio das ações desenvolvidas nas Incubadoras Universitárias com envolvimento de professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos.

Para a mesma autora, as universidades por meio de suas incubadoras, buscam resgatar o compromisso trazendo utilidade ao saber técnico e científico, além do ensino e da pesquisa

que disponibilizam conhecimentos para uma parte da coletividade que não teve acesso ao ambiente acadêmico e tampouco ao conhecimento gerado por ela.

Experimentar novas possibilidades para os empreendimentos solidários remete ao importante papel das instituições públicas, como também, das várias modalidades de organização que fomentam o processo. Integrar as comunidades excluídas, proporcionando geração de renda num contexto “hostil”, requer estratégias eficazes das instituições de educação (principalmente as universidades), públicas (federal, estadual e municipal) e das organizações de fomento. O marco inicial do processo depende de uma dinâmica política que evidencie novas maneiras de encarar a sociedade em suas diversas formas de organização (SGUAREZI et al., 2008).

2. Normas que regulamentam ações de extensão na UFSC

Segundo a resolução normativa n.º 003/Cun/09, de 08 de dezembro de 2009 que dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina, a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.

As ações de extensão podem ser propostas como um projeto de extensão onde se constitui um conjunto de atividades de caráter educativo, cultural artístico, esportivo, científicos e tecnológicos, que envolvem docentes, pesquisadores e discentes (bolsistas) e serviços técnico-administrativos, as quais compõem uma das linhas de atuação de determinado departamento acadêmico junto à sociedade; e/ou outras ações de extensão que envolva a organização ou participação em eventos técnico-científicos, culturais, artísticos, esportivos e outros que tenham como finalidade criar condições para que a sociedade tenha possibilidade de deles usufruir ou que possam constituir instrumentos para maior acesso ao conhecimento, realizada de forma presencial, semipresencial ou a distância;

A proposta de projeto de extensão deve ser submetida à apreciação do colegiado do departamento de ensino ou órgão complementar a que se achar ligado o objeto da solicitação, para análise e aprovação.

Deve prever nome do projeto, departamentos envolvidos, conteúdo, incluindo objetivos e metodologia, demonstração da sua relevância acadêmica e social, caracterização do seu público-alvo, indicação do docente coordenador e dos possíveis participantes ou colaboradores, a carga horária dos participantes, recursos financeiros potencialmente

envolvidos, cronograma de execução da atividade, resultados a serem alcançados ou produtos esperados, descrição do local onde será realizada a ação.

Todas as ações de extensão deverão ser registradas no Sistema de Registro de Ações de Extensão (SIRAEEx) e aprovadas pelo colegiado do departamento de ensino ou equivalente ou pela autoridade responsável junto aos órgãos administrativos da Universidade.

3. Praça da Cidadania: contribuição de Burle Marx para humanização do campus da UFSC

Desde 1992 a Praça da Cidadania é um local de passagem, de encontro e extensão de atividades da UFSC, resultado do programa de Humanização do Campus. A ideia inicial deste programa foi resgatar o conceito do campus que Burle Marx (1909-1994), artista plástico e arquiteto paisagista da Praça da Cidadania, enquanto um ponto de convergência de pessoas da universidade e da sociedade, para uma convivência fundamental que afirmasse o conceito de universidade aberta. E, a partir da restauração deste conceito de praça, a UFSC elegeu o nome de Praça da Cidadania, onde seriam cultivados os valores humanos, essenciais para a afirmação da própria universidade.

O jardim da UFSC, localizado na atual Praça da Cidadania, surgiu no final dos anos 60, fazendo parte de uma fase de Burle Marx entendida como intermediária — nem tanto relacionada à geometria mais dura influenciada pela arte concreta no Brasil, nem às tramas mais complexas, que têm no passeio de Copacabana seu apogeu. No projeto inicial de Burle Marx a área da praça para a qual foi desenvolvido o projeto do Jardim Universal para a UFSC também constava nos desenhos. Em decisão conjunta com a Reitoria e os participantes da reforma da Praça da Cidadania foram definidos claramente os limites de cada projeto, para a execução da revitalização do projeto de Burle Marx somente na parcela que efetivamente foi construída, não afetando decisivamente a proposta do Jardim Universal (UFSC, 2010).

A Universidade não pode ficar restrita à sua estrutura meramente funcional. A produção de idéias depende do debate de muitas vozes que precisam de fóruns privilegiados que rompam as rígidas estruturas oficiais. No sentido de reverter esse processo, o Plano Diretor propõe espaços hierárquicos de convívio, reforçando a centralidade do conjunto do espaço universitário (Praça da Cidadania), criando praças secundárias, onde se localizam os centros de convívio setoriais, preservando áreas verdes e destinando-as a espaços abertos de uso público. Somente a interação entre os membros da comunidade universitária pode estimular a crítica e o exercício de um fazer criativo. O desenho anterior do Campus já

concebia a praça central e organizava o sistema viário. No entanto, os demais espaços construídos foram sendo acrescentados sem obedecer a um plano de conjunto. No sentido de reforçar a centralidade do Campus procurou-se, então, valorizar a praça central – a Praça da Cidadania - como elemento de centralidade, que deveria aglutinar as atividades cívicas, as funções centrais administrativas, assim como, permitir e estimular os espaços de convívio e de reuniões (UFSC, 2005).

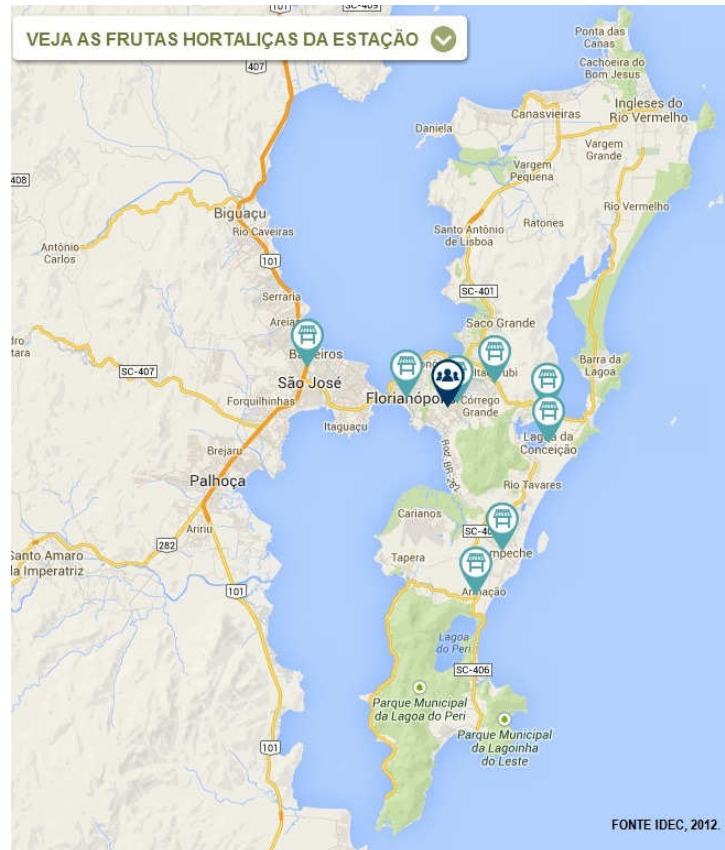
Assim resgataram-se as imagens (bustos) dos dois fundadores da Universidade – Henrique Fontes e Ferreira Lima – inaugurados em 1995, no ano da cerimônia a UFSC completou 35 anos. A Praça da Cidadania é um espaço democrático para feiras, festas, encontros, seminário, espetáculos musicais e teatrais – mais um espaço consolidado para as diversas manifestações cívicas, artísticas culturais. A realização do Projeto da Praça da Cidadania deu-se através de um Plano Diretor – cada espaço é pensado em função de propostas acadêmicas da Universidade.

Valorizada por sua abertura aos movimentos sociais tornou-se um espaço de lazer procurado pela comunidade. Possui também um monumento em homenagem à Herbert José de Sousa (Betinho), que em 1994, na Praça da Cidadania, deu uma aula magna.

O conceito de Praça da Cidadania resgatou, inicialmente, o conceito de Burle Marx e afirmou a política de humanização do Campus e valores fundamentais da Universidade.

4. Feiras Agroecológicas em Florianópolis

O IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - é uma associação de consumidores fundada em 1987. Não possui fins lucrativos. É independente de empresas, governos ou partidos políticos. Com o objetivo de tornar os produtos orgânicos mais acessíveis aos consumidores e fomentar uma alimentação saudável, o IDEC formulou o Mapa de Feiras Orgânicas. Basta entrar na página do instituto (www.idec.org.br), clicar no tópico alimentos e direcionar-se ao ícone “mapa feiras orgânicas” para encontrar todas as feiras especializadas mais próximas, bem como informações de horários de funcionamento e tipos de produtos encontrados nesses locais. Em Florianópolis é possível encontrar diversas feiras de artesanato, alimentos e produtos agroecológicos. Algumas delas são organizadas pela prefeitura, outras por moradores e artistas da região, outras pelas universidades (IDEC, 2012).



4.1. Ecofeira – Feira Agroecológica da Lagoa da Conceição

Todos os sábados na Praça do Casarão na Lagoa da Conceição das 7h às 12 h acontece, há mais de 6 anos, a Ecofeira ou feirinha, como é carinhosamente chamada pelos seus frequentadores, onde são comercializados produtos orgânicos e integrais diretamente do produtor. Promovida pela Associação Eco - Associação de Agricultura Ecológica, a feira reúne agricultores de diversas regiões do Estado e pessoas que compartilham dos mesmos princípios de cunho ambiental. Encontra-se neste espaço hortaliças e legumes frescos da época na barraca do Sítio Dom Natural e Novo Horizonte; mel da melhor qualidade na barraca da Ecomel; bolachas e biscoitos caseiros; pães, bolos, grãos e farinhas e outros produtos integrais e orgânicos na Barraca do Casarão Vida Natural. Também há comidinhas especiais e flores do campo. Além de ótimas compras, a feirinha também oferece a oportunidade de encontrar pessoas interessantes que gostam de compartilhar informações, trocar idéias e dicas de culinária. Com certeza vai ser difícil não retornar.

4.2. Feira Agroecológica do Sul da Ilha – Praia do Campeche

Encontra-se na Av. Pequeno Príncipe, ao lado da loja Flor do Grão aos sábados a partir das 7h e não há registro dos produtos que se comercializam nesta feira.

4.3. Feira Agroecológica do Sul da Ilha – Praia da Armação

Ocorre no trevo de acesso à Armação – Praia da Armação a partir das 7h e os produtos comercializados são verduras, queijos, processados e mel.

4.4. Feira da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

A Feira UFSC ocorre em frente ao prédio da Reitoria no Campus Universitário João David Ferreira Lima das 6h às 18h todas as quartas feiras. Os produtos comercializados são mel, processados, pães, bolos, verduras, frutas e artesanato.

CAPÍTULO 4

1. RESULTADOS

Neste capítulo, serão relatados os resultados das entrevistas e observações efetuadas na Feira da UFSC e uma explanação geral dos aspectos relacionados ao estudo.

No último tópico, serão abordados os principais aspectos observados na reorganização da Feira e discutidos de modo geral conforme a referência bibliográfica consultada.

1.1. Resgate Histórico: ideologia e proposta do Projeto Ágora

A proposta inicial que conduziu ao Projeto Ágora foi a criação de uma cooperativa na UFSC apresentada publicamente no segundo semestre de 2005. A formulação da proposta de uma Feira na UFSC foi inspirada pela proposta inicial da cooperativa, em particular seus princípios, mas em um formato diferente, ou seja, deslocada para um espaço físico aberto e agregando feirantes de diversas áreas – como alimentos, produção orgânica e agroecológica e artesanato. Por outro lado, a proposta de se constituir um espaço de convivência, educativo,

de promoção de consumo consciente e responsável, com atividades tanto comerciais quanto de troca, foi basicamente mantida (MAHESH, 2008).

Portanto, não se tratava de uma feira comum, como outras na cidade, pois se diferenciava através da venda de produtos provenientes das redes de agricultura familiar e orgânica e também se enfatizava o contexto de um espaço solidário, articulado com o movimento da economia solidária, universidades públicas (UFSC e UDESC), famílias agricultoras e movimentos culturais e ecológicos. Como se tratava de uma feira livre, havia a elaboração de uma política de preços mais favorável ao público estudantil e considerava-se o planejamento da utilização de forma que atraísse o consumidor (CORDEIRO, FILIPPINI e MOLZ, 2009).

A idéia central do projeto foi fortalecer e ampliar iniciativas situadas dentro do paradigma sócio-econômico e ambiental representado pela Economia Solidária e agroecologia, cujo enfoque utilizava os critérios como: ética, justiça social, fortalecimento local, cooperativismo, auto-suficiência regional, desenvolvimento humano integrado, equilíbrio ecológico e sustentabilidade (anexo 1). A proposta de criar a Feira da UFSC foi com intuito de fornecer produtos e alimentos localmente produzidos, saudáveis, de alta qualidade, processados de maneira ambiental e socialmente responsável, por um preço justo e, abrir um canal direto de comercialização da produção da agricultura familiar, orgânica e ecologicamente correta. (anexo 2). Tratava-se da proposta de um espaço amplo de atividades diversas, inspirado no espaço democrático de cidades gregas antigas, denominado “ágora”. (PROJETO ÁGORA, 2008).

A Feira da UFSC foi uma iniciativa do Núcleo de Estudos e Práticas em Socioeconomia Solidária – NESOL/UFSC – e do Movimento Sócio Econômico e Ambiental – Design Integral UDESC, bem como de um grupo de cidadãos destas duas universidades e da comunidade florianopolitana que almejavam construir um espaço permanente de convivência, solidariedade, aprendizagem, produção sustentável e consumo responsável na região. Para a realização da Feira estabeleceu-se parcerias com a Associação Eco-Feira que realizava há mais de dez anos a Feira da Lagoa da Conceição de Produtos da Agroecologia, com a Associação de Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral - AGRECO, com o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - CEPAGRO e com assentamentos vinculados ao Movimento Sem Terra - MST.

O NESOL (CSE/UFSC) tinha por missão contribuir para capacitar e viabilizar iniciativas de geração de trabalho e renda de grupos sociais desfavorecidos, particularmente os situados na Região de Florianópolis, estimulando a organização socioeconômica local de

forma a propiciar uma melhoria na qualidade de vida dos moradores. O projeto foi apresentado, através do NESOL, na forma de um projeto de extensão interno da UFSC.

O Movimento Design Integral, coordenado, entre outros, pelos professores do CEART/UDESC, tinha por missão ser um instrumento para qualificar e consolidar os empreendimentos da economia solidária no que tange especialmente à educação para uma produção sustentável e um consumo responsável, bem como no apoio em design de produtos e processos sustentáveis e solidários.

A Feira da UFSC neste período ocorria nas terças feiras das 11h às 18h ao lado do Centro de Convenções e havia três barracas de comercialização, todas de produtos com base agroecológica.

Segundo E1, os aspectos organizativos, visuais e de marketing (anexo 3 e 4) buscavam construir uma identidade da Feira UFSC conforme os princípios e valores construídos coletivamente e já expostos. Havia uma gestão interna com normas contratuais, estabelecendo explícita divisão interna quanto às mercadorias que nela circulavam, de forma que os feirantes tinham todos os mesmos padrões de qualidade e não competiam entre si de modo antiético. Os princípios eram postados no espaço da Feira, assim como nos boletins e materiais da mesma (anexo 5).

No primeiro ano, existia uma comissão de avaliação que realizava a seleção de novos candidatos a participação da feira (anexo 6) e a inclusão ou mudanças nos produtos e serviços oferecidos pelos participantes. Esta comissão era eleita pelos próprios feirantes (anexo 7). Os critérios estabelecidos orientavam a tomada de decisão sobre os produtos permitidos na Feira da UFSC, quanto à origem, qualidade e procedência dos produtos e serviços ofertados.

Ainda segundo os registros do projeto inicial fornecidos por E1, produtos ou atividades que refletiam um uso de competências e habilidades bastante desenvolvidas eram preferíveis. Ou seja, certo grau de profissionalismo era preferível a um nível iniciante, que pudesse refletir um oportunismo causado por pressão econômica. Entretanto, não deveria ser um empecilho à participação, pois a solidariedade devia estar acima da segregação social.

A relação dos produtos em 2007, basicamente era: chás naturais; mel; sementes; CD's de musicais autorais; roupas artesanais, de lã, seda, algodão, crochê; cucas, bolos, naturais e veganos; pães integrais e orgânicos; tortas integrais; pães de mel; produtos da agricultura familiar orgânica como olerícolas, fruticultura em geral.

O Projeto de Extensão Ágora acabou em 2010 e a partir deste ano a Feira ficou sem vínculo oficial com a UFSC via qualquer ação de extensão.

1.2. Os motivos que levaram a universidade a interferir no espaço comercial Feira da UFSC

Quando a administração da UFSC assumiu a Reitoria, iniciou-se um processo de identificação da Feira UFSC. Segundo o entrevistado (E5), mediante uma auditoria interna realizada no intuito de levantar a situação dos espaços físicos ocupados por terceiros no Campus Universitário e suas irregularidades, foi detectado, entre outros espaços, o ocupado pela Feira da UFSC. Posteriormente, efetuou-se um relatório referente aos resultados desta auditoria e gerado cópias deste relatório, sendo uma delas encaminhada à Procuradoria Geral da União - PGU, para que eles tomassem ciência da situação. Em seguida, a administração recebeu uma ordem de serviço da Procuradoria Geral da União para esclarecer sobre o que estava sendo feito para regularizar as áreas ocupadas por terceiros no âmbito da universidade, entre elas, o espaço ocupado pela Feira da UFSC.

Além disso, a Feira da UFSC está localizada em uma área nobre do campus e conforme o entrevistado (E5), era para estar livre de comércio e utilizado como espaço recreativo pela comunidade acadêmica e entorno.

Os comerciantes estabelecidos ao redor do campus universitário e das lanchonetes estabelecidas dentro da universidade, regidas por regiões de licitações, também se manifestaram em relação ao aumento vertiginoso de pessoas e a diversificação dos produtos comercializados na Feira da UFSC. Na configuração atual, parte dos produtos comercializados, também é comercializada nas lanchonetes estabelecidas dentro da Universidade. Alguns exemplos dos produtos são cafés, águas, sucos industrializados, empanados e afins.

Em vista destas observações evidenciou-se que o espaço comercial Feira da UFSC encontrava-se inadequado em relação às normas e critérios estabelecidos na legislação da Universidade, normas estas que estabelecem apenas dois meios de comercialização permitidos no âmbito da Universidade que são por licitação ou via ações de extensão.

Neste contexto, em junho de 2013, a reitoria convocou uma reunião cujo objetivo foi diagnosticar a situação da Feira naquele momento. Segundo a reitoria a Feira encontrava-se fora dos padrões que orientam a comercialização de produtos e serviços no espaço institucional, inadequada em relação aos critérios estabelecidos para a produção, processamento e comercialização de alimentos, descaracterizada em relação aos princípios contidos no projeto inicial e inativa via ação de extensão.

Na reunião compareceu uma parte dos feirantes, o coordenador do antigo projeto, o coordenador do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar, estagiários, o Chefe de Gabinete da Reitoria da UFSC e o Pro Reitor Administrativo.

Os representantes da instituição levantaram questões relacionadas à utilização do espaço físico da universidade, como a utilização da energia, estacionamento, a falta de critérios na produção, processamento e comercialização de produtos no âmbito da instituição e a adequação das atividades que envolvem alimentos e regularização e identificação adequada dos produtos ofertados na Feira e, além disso, a universidade demandou uma identificação para a Feira.

Neste sentido, a instituição exigiu uma reorganização e adequação da Feira da UFSC dentro dos critérios estabelecidos para comercialização de produtos e serviços no âmbito da Universidade como condição para permanência da atividade no campus.

1.3. O LACAF como mediador na reorganização do espaço comercial Feira da UFSC

A partir do primeiro encontro solicitado pela Pro Reitoria de administração, em junho de 2013, o coordenador responsável pelo projeto inicial informou que não poderia participar desta reorganização da Feira demandada pela Universidade por motivos profissionais, pois ele estava afastado do projeto desde o segundo ano de existência, pois de 2006 a 2010 ele assumiu a Associação dos Professores da Universidade da UFSC – APUFSC e atualmente é Professor Associado I da UFSC e coordena o Projeto de Extensão Pontão de Cultura da UFSC.

Reafirmaram-se as questões propostas pelos representantes da instituição no primeiro encontro no intuito de conscientizar e orientar os feirantes aos próximos passos da ação. Para participar da reconstrução deste ideal e a realização das atividades sugeridas no primeiro encontro, o LACAF disponibilizou-se a ser um facilitador na interação entre pesquisa e extensão, nos caminhos para a sanção dos problemas colocados.

Em seguida, para dar início às atividades, marcou-se para o dia 03 de julho (quarta-feira), um segundo encontro conforme Ata (anexo 13). Neste, reuniram-se em uma sala cedida pela Reitoria da UFSC os feirantes envolvidos (maioria), Coordenador e Estagiários do LACAF e a Coordenadora de Ações Sociais em Extensão da Pro Reitoria de Extensão - PROEX-UFSC.

Alguns encaminhamentos, em comum acordo, foram feitos para dar início aos trabalhos de reorganização da Feira:

✓ **Estabeleceram-se categorias dentro dos conceitos de economia solidária**

Orgânicos, Artesanais, Coloniais/Alimentícios, esta divisão foi sugerida no intuito de organizar os produtos que são comercializados para facilitar as atividades seguintes, como a regulamentação de produtos orgânicos, os processos que envolvem a produção, processamento e comercialização de alimentos e a verificação da produção dos produtos advindos da categoria artesanato. As categorias foram estabelecidas na própria reunião, houve algumas dúvidas referentes a alguns produtos que foram resolvidas em comum acordo.

✓ **Sugriu-se a formação de um núcleo gestor entre os feirantes**

A idéia de criar um núcleo gestor surge no intuito de promover a autogestão. Esta forma organizativa permite que um representante de cada categoria, eleito pela maioria, facilite a comunicação no reconhecimento das necessidades de cada grupo e atue no espaço Feira de forma mais rápida e objetiva, já que a Feira acontece uma vez na semana e não há possibilidade de todos os integrantes estarem presentes nas atividades de gestão.

Porém, este encaminhamento não ocorreu de fato no primeiro momento, pois não foi possível integrar o grupo de imediato.

✓ **Criou-se uma lista e um grupo contendo e-mails e telefone dos participantes**

Este encaminhamento foi efetivado, porém poucos participaram efetivamente do grupo, alguns por desinteresse, outros por não terem acesso diário a computadores, ou seja, a lista funcionou para fins de registro de documentos e informações sobre o processo de reorganização da Feira, mas não como Fórum, que no caso, era o principal objetivo.

✓ **Elaborou-se um questionário com a finalidade de obter um diagnóstico da Feira (anexo 8)**

Para esta atividade foi elaborado um questionário com questões de identificação, tempo de permanência na feira, famílias envolvidas e produtos comercializados, como uma ficha de cadastro para levantar informações relacionadas aos envolvidos na Feira da UFSC.

Uma ficha foi entregue a cada banca. A sistematização dos dados foi um dos passos importantes para diagnosticar a situação da Feira UFSC.

A partir deste diagnóstico construiu-se a proposta de intervenção. Identificou-se coletivamente que o primeiro passo seria a conscientização dos envolvidos nos princípios e práticas da economia solidária, enquanto um processo com metas a longo prazo.

✓ **Criou-se um documento de identificação para o caso de novos interessados surgirem (anexo 9)**

Desde que iniciaram as atividades neste processo de reorganização, em comum acordo entre feirantes e facilitadores, decidiu-se por evitar, temporariamente, a entrada de novos feirantes. Esta decisão parte da necessidade principal da Feira em se reorganizar. Logo, criou-se uma ficha de cadastro, esta ficha contém dados para identificação e propósitos do possível novo expositor. Este documento traz a identificação do LACAF/CCA/UFSC com o correio eletrônico e telefones do mesmo. Assim, o interessado entra em contato com o grupo para esclarecer os motivos que o tornam interessados em participar da Feira UFSC.

Na ocasião, notou-se a dificuldade do entendimento das pessoas que chegavam com intenção de participar da Feira. Mesmo com a abordagem dos feirantes que fazem parte do núcleo gestor, portando uma ficha de cadastro aos novos interessados, os indivíduos insistiam em permanecer no espaço alegando, algumas vezes, que a reitoria havia permitido sua participação na Feira.

Entre agosto/2013 e novembro/2013, registradas, houve sete (7) tentativas de candidatos a participarem da Feira. Segundo o entrevistado (E3) todas as quartas feiras há pessoas interessadas em participar. Segundo ele, a feira ganhou uma visibilidade enorme, todos querem colocar seus produtos a venda.

Na realização das primeiras atividades, foi lenta a integração de todo o grupo da Feira. O questionário foi aplicado, eles responderam e concordaram com o que foi sugerido pelos facilitadores.

Em um segundo momento iniciou-se atividades que exigiram a participação efetiva do grupo. Mas, entre os feirantes, havia divergência de opiniões sobre a identidade da Feira, pois as categorias definidas no processo de organização – orgânico, artesanato, alimentício/colonial – tinham necessidades e propósitos diferentes.

A categoria que comercializa produto orgânico expressou que gostaria que a Feira fosse um espaço de comercialização solidário e sua descaracterização começou em 2008, com

a entrada de novas barracas. Segundo o entrevistado (E4) as características que envolvem ações no âmbito de uma Economia Solidária estão sinalizadas desde o processo de produção dos produtos no campo. Afirma que a Feira da UFSC é muito mais do que parece ser, há muitas famílias envolvidas na comercialização dos produtos agroecológicos. Eles também preferem estar cedo na Feira da UFSC, a partir das 6h, para expor seus produtos, já que os consumidores preferem adquirir produtos frescos. A categoria permanece na Feira nas férias escolares, pois, segundo eles, os consumidores estão habituados com a existência da Feira.

A categoria de alimentos/colonial também gostaria que a Feira da UFSC fosse um espaço comercial e solidário e estão dispostos a colaborar neste processo de mudança, pois os produtos comercializados por esta categoria são elaborados e processados pelas próprias pessoas que os comercializam. Os alimentos coloniais são preparados com ingredientes de produção da agricultura convencional familiar e há os produtos veganos e vegetarianos preparados com ingredientes da agricultura familiar orgânica, adquiridos na própria Feira. Apesar dos produtos não apresentarem os ingredientes devidamente identificados e discriminados, os feirantes se responsabilizaram em adequar-se neste novo contexto proposto pela intervenção. Esta categoria também concorda com o horário de funcionamento proposto pela categoria dos orgânicos, das 6h as 20h.

A categoria artesanato concorda com o espaço comercial solidário, porém diverge da opinião das categorias anteriores na questão do horário de funcionamento da Feira e permanência nos dias de férias escolares. Segundo o representante desta categoria não é válido expor neste período visto que na ilha de Florianópolis, com a chegada dos turistas, há outros pontos de comercialização mais interessantes para eles. Discordam também do fato da Feira só ocorrer um dia na semana, alega que a UFSC realiza vários eventos nacionais e internacionais, e é interessante ter um espaço comercial para o público de fora, que participa destes eventos, terem um espaço comercial para adquirirem lembranças em forma de artesanato para levarem de recordação a seus familiares.

Neste período das atividades reuniram-se no dia 25 de setembro de 2013, às 16h 30 min., na sala dos conselhos localizada no prédio da reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina os feirantes, mediadores do LACAF e representante da Reitoria da Universidade.

O objetivo do terceiro encontro, registrado em ata (anexo 14), foi apresentar o diagnóstico da Feira realizado no mês de agosto e a partir deste gerar novos encaminhamentos para adequar a Feira às regras e normas estabelecidas pela Instituição. Nesta, reafirmaram-se as necessidades da geração de um Núcleo Gestor e a formulação do regimento interno da Feira da UFSC. Também ficou acordado entre os feirantes que a Feira mantivesse a

identidade inicial baseada nos conceitos da Economia Solidária como apresentado no projeto inicial. O núcleo gestor em conjunto com o LACAF ficou responsável por elaborar o regimento interno (anexo 10). Foi abordada, a possibilidade de fazer uma identificação (vestimenta, crachá, boné, avental, colete, tenda, etc.) como meio de apresentação da Feira e, principalmente, para obedecer aos critérios de higiene e manipulação dos alimentos.

Logo, em reunião com o núcleo gestor, ao abordar características que definem um espaço comercial solidário percebeu-se que os desentendimentos entre o grupo surgiam por falta de compreensão da maioria dos envolvidos neste processo em relação aos conceitos que norteiam a Economia Solidária. Ao invés das pessoas que participam da Feira buscarem soluções que beneficiem o todo, cada representante defendia a categoria que representava. Os feirantes sentiam falta, segundo relato da representante da categoria do artesanato, de um “pai”, ou seja, alguém que impusesse as regras e os dissesse o que fazer, como e por quê. O grupo não conseguia assimilar, inicialmente, a idéia do coletivo, pois as divergências entre eles os impediam de se autogerirem.

A partir desta observação realizou-se uma atividade extra com o intuito de constatar o nível de entendimento do grupo a respeito de tema da Economia Solidária.

A idéia surgiu a partir de conversas sobre a situação da Feira entre coordenador e facilitador do LACAF, e realizada por um estudante de fora do laboratório.

O objetivo da atividade ser exercida por alguém de fora do LACAF foi ao sentido de que os feirantes não relacionassem a aplicação das perguntas em função da intervenção que estava acontecendo. O voluntário identificou-se como estudante de outra área da academia e aplicou o questionário (anexo 11), com poucas perguntas, relacionadas aos conceitos que embasam a Economia Solidária. Esta atividade demonstrou que a maioria dos feirantes sabia em parte o significado dos conceitos, mas não os relacionava à Feira da UFSC.

As respostas formuladas pelos feirantes, não foram claras e objetivas e nenhum deles relacionou o tema à Feira da UFSC. Uns falaram de si mesmo e da autogestão das suas próprias vidas, outro deram exemplos externos, fatos que ocorreram na história e, ainda outros, não sabiam sequer responder e/ou não quiseram refletir sobre o assunto.

Após esta atividade realizada pelo estudante voluntário, houve interesse de um dos feirantes, que faz parte do núcleo gestor, em informar-se sobre os conceitos de Economia Solidária, pois o mesmo participa de outro grupo de produtores que tem esta economia como base, e trouxe para o grupo da Feira estas informações.

Constata-se então que ao aplicar este questionário abriu-se um espaço de reflexão entre os feirantes e, através da busca sobre a informação destes princípios que regem a

Economia Solidária, surgiu um real interesse inicial, da necessidade de reorganizar a Feira da UFSC na tentativa de apontar os caminhos que permita manter a Feira como espaço comercial sem perder a identidade como espaço solidário.

A Economia Solidária, como uma nova economia social, engloba um novo paradigma de organização da sociedade, embasada na valorização do trabalho coletivo com o propósito de desenvolver alternativas de setores populares marginalizados pelo modelo econômico dominante (SGUAREZI, 2008), esta clareza do tema percebeu-se encontrar-se distante do grupo que compõe a Feira da UFSC na configuração atual.

Em um terceiro momento, por sugestão da universidade e iniciativa dos feirantes, como encaminhado na terceira reunião criou-se um núcleo gestor para facilitar na resolução das questões diárias da Feira e na realização das atividades de ordem organizativa. Este foi escolhido pela maioria dos feirantes e cada categoria estabelecida, anteriormente, ganhou um representante. Posteriormente, o núcleo gestor formulou um regimento interno da Feira, que foi entregue a cada feirante e rediscutido pelo grupo da Feira para acrescentar e/ou retirar algumas sugestões. Por fim, o regimento foi analisado e corrigido pelo coordenador do LACAF e por último, destinado ao reitor administrativo para ser discutido entre os representantes da Universidade envolvidos neste processo.

O objetivo de construir um regimento foi no sentido de estabelecer os princípios gerais da Feira, regras de funcionamento, critérios para a participação, procedimentos para a entrada de novos feirantes, períodos, dias e horários de funcionamento da Feira.

Segundo o entrevistado (E5), os representantes da Universidade irão analisar todas as sugestões colocadas no regimento pelos feirantes, acrescentar e/ou retirar algumas questões caso não estejam coerentes com as normas e critérios estabelecidos pela Instituição e, reunir-se-ão novamente com os envolvidos para justificar as mudanças efetuadas em cada parágrafo do regimento.

A ideia é estabelecer critérios para o funcionamento da Feira que garanta a qualidade dos produtos e serviços prestados aos consumidores e dar segurança e condições adequadas de trabalho aos feirantes. Posteriormente, à aprovação do regimento, a universidade disponibilizará um documento que regule a existência e permanência da Feira na Universidade e manterá um controle via fiscalização interna para assegurar o cumprimento das condições estabelecidas em comum acordo.

Apesar da Feira da UFSC estar em busca de uma identidade vinculada à economia solidária, percebeu-se na realização das atividades que para organizar o grupo dos feirantes de forma coletiva, todas as ações exigiram certa coordenação, uma espécie de alguém que os

orientasse para a concretização das atividades, ação esta realizada pelo facilitador do LACAF. Mesmo quando o núcleo gestor teve ideias próprias organizativas eles sentiam a necessidade de um apoio, uma orientação, alguém que indicasse o caminho na realização das atividades.

O objetivo é transformar a Feira em um espaço comercial solidário, com práticas de comércio justo, ético e responsável e também um instrumento pedagógico, tanto para os feirantes e a comunidade acadêmica quanto para a comunidade entorno.

As divergências de opiniões deixam claro que, apesar de o grupo tentar se organizar coletivamente, ainda é difícil a organização coletiva, pois a realidade é que cada um vive em uma sociedade marcada pela competição e pelo individualismo, logo se torna difícil conceber a importância da solidariedade segundo Andriloli (2002).

1.4. Configuração atual Feira da UFSC

A partir da mediação orientada pelo LACAF e da aplicação do questionário de identificação, foi possível fazer um rápido diagnóstico da Feira da UFSC. Este diagnóstico demonstrou que a Feira UFSC, inicialmente, começou estruturada com três feirantes (2006) e no decorrer do período entraram e saíram aproximadamente dez (10) feirantes, segundo registros fornecidos pelo entrevistado (E1).

Do grupo atual que compõe a Feira mantêm-se três (3) feirantes da configuração inicial, em 2009 entraram quatro (4) feirantes, em 2010 entraram dois (2), em 2011 entrou um (1), em 2012 mais um (1) e 2013 entraram oito (8), totalizando, atualmente dezenove (19) barracas.

Atualmente, seis das dezenove barracas, comercializam produtos alimentícios/coloniais, sete barracas comercializam artesanato, uma comercializa produtos alimentícios/coloniais e artesanato, quatro comercializam alimentícios/coloniais e orgânicos, uma comercializa alimentícios/coloniais, artesanatos e orgânicos.

O aumento do número feirantes foi maior no ano de 2013, segundo o entrevistado (E3), porque o aumento da visibilidade da Feira e o volume de consumidores chamaram a atenção dos novos candidatos.

Outro dado não menos importante é que de 80 famílias envolvidas no projeto inicial, hoje são mais de 150 famílias ligadas direta e indiretamente na Feira da UFSC.

No momento da intervenção, a Feira da UFSC não possuía características de cooperação, autogestão, solidariedade e agroecologia como referenciado no presente trabalho. Segundo o entrevistado (E3), estas características perderam efeito a partir do segundo ano da

Feira. A Feira da UFSC encontrava-se sem um núcleo gestor para auxiliar as questões que surgiam no dia a dia da, havia uma pessoa que coordenava a entrada de novos candidatos e respondia pelas questões diárias. E, ainda, existiam dificuldades nas relações internas entre feirantes, surgiam dúvidas nas questões do padrão de qualidade dos produtos comercializados como orgânicos, havia comercialização de refrigerantes, sucos industrializados, vinhos e cachaças no espaço da Feira e não havia qualquer tipo de controle sobre o funcionamento da Feira da parte da Universidade. Estas características evidenciam a forma organizativa da Feira e demonstram ser contrárias aos conceitos que verifica-se na bibliografia sobre Economia Solidária.

Entre 2006 e 2007, nos períodos iniciais da feira, o grupo era mais homogêneo e algumas atividades democráticas ocorriam, havia um núcleo gestor, reuniões e encontros com o grupo, assim como regimento interno da feira, fichas de cadastro para novos feirantes, relação de produtos e os critérios de comercialização. A partir de 2008, para avaliar a entrada de novos feirantes na Feira, segundo entrevistado (E2), um dos feirantes foi naturalmente realizando esta atividade, pois como as atividades da autogestão perderam-se a Feira foi afastando-se deste princípio. A avaliação era feita a partir de uma conversa com o interessado e os critérios estabelecidos por ele, de modo geral, era se o candidato tinha boa aparência e higiene, se os produtos eram produzidos localmente e, principalmente, se o produto não competia com outro que já existisse na Feira. A preferência era para alimentos e produtos orgânicos, segundo ele.

Com o crescimento desordenado da Feira, atualmente os produtos que são comercializados na Feira da UFSC, saíram um pouco do contexto estabelecido no projeto inicial, pois quando a Feira da UFSC começou em 2006, havia apenas três bancas e todas comercializavam produtos agroecológicos e orgânicos, no caso estavam em um contexto solidário, com responsabilidade social e preocupação com o bem estar de todos os seres, segundo os registros.

Os produtos comercializados na configuração atual da Feira da UFSC estão discriminados na tabela (anexo 12) e devidamente separados por bancas, categorias e tempo de atividade na Feira da UFSC.

Percebeu-se que parte destas bancas não se encontra adequadas aos critérios de comercialização e colaboram para a descaracterização do espaço Feira da UFSC tanto no que se refere ao circuito curto de comercialização quanto a um espaço solidário.

Na configuração atual da Feira encontramos duas barracas que comercializam produtos orgânicos ambos de origem das regiões de São Bonifácio: um grupo da comunidade

do Rio do Moll e outro do Rio do Poncho, que no projeto antigo era uma banca só e por desentendimentos entre os representantes das comunidades, se tornaram duas bancas.

Há outra barraca de orgânicos que comercializa produtos de várias outras regiões, pois esta barraca representa uma Associação de Agricultura Agroecológica de Ituporanga e uma Loja de Economia Solidária de Balneário Camburiu, nesta é possível encontrar produtos de outros estados, como São Paulo e todos os produtos orgânicos desta barraca são certificados.

As barracas que comercializam alimentos/colonial abrangem alimentos naturais – vegetarianos e veganos - e convencionais, mas nenhuma barraca identifica seus produtos na discriminação dos ingredientes utilizados na produção, como declara a legislação de segurança alimentar e, alguns inclusive manuseiam estes alimentos na própria Feira. Não há um controle perante estas atividades e, além disso, não há nenhuma estrutura que possibilite a higienização das mãos e utensílios utilizados na manipulação destes alimentos.

Na Feira há ainda as barracas de artesanatos que estão, aparentemente, adequadas, pois os produtos ofertados nestas barracas são produtos de origem local e produzidos pelas próprias pessoas que os comercializam.

Também há barracas que comercializam produtos que não apresentam algum mecanismo de controle que garanta a qualidade orgânica e/ou agroecológica do produto e não apresenta Selo de Inspeção Estadual – SIE.

Outras inadequações diagnosticaram-se no momento da intervenção, como exemplo observou-se que alguns produtos da agricultura convencional são adquiridos em Centro de Abastecimento/SA e revendidos como produtos da agricultura orgânica; outros produtos ofertados que contém álcool, como vinhos e cachaças, não se adequam aos critérios de comercialização no âmbito da universidade; outros alimentos processados na própria Feira que não estão adequados dentro da legislação de segurança alimentar – há manipulação de alimentos no espaço da feira, estes ficam expostos ao ar livre; produtos orgânicos, porém sem controle de qualidade. E, além disso, há algumas barracas que fornecem produtos orgânicos, e não possuem nenhum tipo de mecanismo de segurança que garanta a qualidade dos produtos orgânicos comercializados.

Através de uma iniciativa que partiu do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar – LACAF, a Feira recebeu representantes do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA para conscientizá-los da importância da regularização dos produtos comercializados como orgânicos e para informá-los das possibilidades existentes para tal procedimento. Os representantes palestraram e tiraram dúvidas aos interessados no assunto.

Mesmo assim, houve pouco interesse de alguns que comercializam produto orgânico, alegam dificuldade no processo burocrático de certificação e/ou Controle Social e falta de incentivo dos órgãos públicos na realização destes processos.

Comercializar produtos que possui certificação, seja por meio de empresa pública, privada ou sistemas participativos é uma forma de agregar credibilidade ao produto. No Brasil há três diferentes maneiras de garantir os produtos orgânicos: com a Certificação, com os Sistemas Participativos de Garantia e com o Controle Social para a Venda Direta sem Certificação.

O Controle Social para a venda direta é uma opção que se adéqua a realidade da Feira UFSC, pois a venda direta acontece entre produtor e o consumidor final, sem intermediários. A legislação brasileira também aceita que a venda seja feita por outro produtor ou membro da família que participe da produção e que também faça parte do grupo vinculado à OCS (MAPA, 2012).

O desafio que a Feira da UFSC tem pela frente é de se organizar coletivamente para assegurar os passos seguintes rumo ao caminho da Economia Solidária e da agroecologia.

A dificuldade de interação e concordância nos ideais é um dos entraves mais críticos diagnosticados na Feira da UFSC. Isso se deve aos diferentes motivos que levaram cada um até o espaço da Feira sem terem um motivo comum.

Organizar-se e trabalhar coletivamente é pensar e agir no bem de todo o grupo, onde todos recebem os benefícios. Na maioria das vezes, a solução não está em uma parte do grupo ou em uma categoria específica, mas nas mentes pensando e agindo juntas. O grupo unido tem mais força, mais argumentos em busca das soluções, mais coragem e determinação.

1.5. Feira da UFSC: circuito curto de comercialização?

Segundo a literatura referenciada no presente trabalho, o conceito de circuitos curtos de comercialização aponta para uma estreita relação entre produtores e consumidores. Neste sentido, observou-se que a proposta inicial na Feira da UFSC alcançou seu objetivo, assim como na classificação estabelecida por Darolt (2012), pois havia venda direta – em que o produtor comercializava seu próprio produto e, a indireta – que consiste na representação de outro produtor através de uma cooperativa dos produtos comercializados.

Porém, no decorrer do processo de realização da Feira, ocorreram alguns desvios, no sentido de descaracterizar, em alguns aspectos, a Feira como um circuito curto. Nas vendas indiretas, por exemplo, realizadas por alguns feirantes que participam da Feira, atualmente, é

difícil afirmar se o feirante representa uma cooperativa, uma associação ou se revende produtos, pois não há identificação de todas as bancas, é necessário fazer um estudo mais aprofundado dos casos, como visitação da propriedade, por exemplo. Mas, nem todos estão abertos a esta atividade.

Outro ponto que caracteriza tais mudanças na Feira diz respeito à proposta inicial descrita nos documentos fornecidos por E1, onde a Feira tinha um caráter Agroecológico, porém nos dias atuais, esta classificação também mudou.

Em uma Feira Agroecológica, seguindo a classificação sugerida por Darolt (2012), são comercializados produtos certificados (hortaliças e frutas) e alguns não certificados (pães, biscoitos, massas caseiras e derivados de leite). Esses alimentos processados são produzidos, normalmente, com parte dos ingredientes não orgânicos e, por isso, não podem ser certificados. A legislação brasileira permite que produtos orgânicos vendidos diretamente aos consumidores em feiras e pequenos mercados locais não utilizem o selo de certificação. Entretanto, para isso, os produtores precisam fazer parte de uma Organização de Controle Social (OCS) cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou outro órgão fiscalizador credenciado, que tem o papel de orientar e garantir a qualidade e a rastreabilidade do produto orgânico.

No caso atual da Feira, segundo a classificação citada por Darolt, a Feira da UFSC encaixa-se na classificação de Feiras Mistas. Estas consistem em barracas de venda de produtos certificados encontrarem-se lado a lado com barracas de produtos convencionais. Neste caso, as barracas certificadas para orgânicos são devidamente identificadas com o selo de qualidade, mas normalmente são minorias no total de barracas convencionais. Neste tipo de feira, o consumidor precisa estar atento para diferenciar o produto orgânico em relação aos similares convencionais. Logo, a Feira da UFSC precisa se adequar na identificação dos produtos ofertados.

Outro ponto observado, foi que a palavra “feira”, segundo Darolt (2012), significa dia santo/feriado e acontece uma vez na semana ou de quinze em quinze dias. Atualmente, alguns feirantes reivindicam a realização da mesma mais um dia na semana com o argumento de que há muitos eventos na Universidade como congressos, seminários e afins, e a participação nestes dias seria um acréscimo nas vendas semanais da Feira. Porém, nem todos os feirantes concordam, visto que algumas bancas são comercializadas pelos próprios produtores e um dia na semana é suficiente para expor seus produtos, pois necessitam de prazo para produzirem. A categoria artesanato e alimentos são os mais interessados em expor mais um dia na semana, visto que o processo de produção desta categoria é mais rápido.

Mas, segundo o entrevistado (E5), a ideia da Universidade é disponibilizar um espaço coberto e com estrutura fixa para estabelecer a Feira. A proposta é cada dia da semana ser destinado a uma categoria de produtos, como por exemplo, segunda feira artesanato, terça feira produtos de origem da agricultura familiar, na quarta feira produtos orgânicos, enfim, neste sentido.

De modo geral, a Feira da UFSC mantém uma relação estreita com o consumidor, apesar de não estar totalmente de acordo com a classificação sugerida por Darolt (2012). O importante é que neste espaço comercial o produtor ou representante da produção tem uma proximidade com os consumidores, tem responsabilidade com os horários de funcionamento da Feira e, alguns, estabelecem uma relação de confiança em função de estabelecer um nível de qualidade aos produtos que ofertam. Esta constatação parte das observações feitas no trabalho a campo que permitiu observar a forma que cada barraca aborda os consumidores.

As feiras agroecológicas são, normalmente, administradas por uma parceria entre o poder público, as organizações de produtores e de consumidores e instituições de apoio à agricultura agroecológica. São baseadas em um regulamento que exclui atravessadores e valoriza os produtos regionais. A maioria dos produtos são certificados de forma participativa (DAROLT et al, 2013).

Segundo a classificação dada por Darolt (2012) a definição dos produtos a ser ofertados em Feiras segue critérios que podem ter importância diferenciada em função do tipo de produto e com base na ideologia do grupo.

No início da Feira da UFSC em 2006, cuja ideologia girou em torno da ES e da agroecologia, naturalmente, a questão agroecológica estava inserida no contexto, não houve escolhas e nem preferências, fez parte do contexto no qual a Feira foi gerada.

Com base na participação ativa da população, a Economia Solidária mobiliza de forma autônoma e responsável os recursos presentes no território, propiciando uma dinâmica de autoconfiança que revigora as identidades locais e a auto-estima social, minimizando a degradação ambiental. A Economia Solidária se insere numa espécie de “pacto territorial”, ou seja: tem um compromisso com o processo de desenvolvimento local e sustentável onde cada região é sujeita ativa do seu desenvolvimento (LISBOA, 2003).

A Agroecologia busca resgatar no agricultor sua condição de sujeito social, nesta perspectiva, o meio rural deixa de ser um simples local da produção da matéria bruta e recupera sua condição de espaço de socialização, de vivência e convívio entre agentes sociais da ruralidade e destes com aqueles que vivem no meio urbano (KARAN e ZOLDAN, 2003).

Com o aumento da Feira e a diversificação dos produtos, mantiveram-se produtos da agricultura agroecológica e orgânica e passaram a ser comercializados produtos alimentícios de origem colonial e artesanato, além de produtos oriundos da agricultura convencional.

Apesar da Feira da UFSC entrar na classificação sugerida por Darolt (2012) como Feiras Mistas, em seu processo inicial foi uma Feira classificada como Feira Agroecológica.

Para fins de instrumento pedagógico, uma Feira Agroecológica torna-se mais abrangente, pois aborda um contexto bastante complexo. Além de proporcionar o acesso a cadeia produtiva dos produtos orgânicos, envolve o conhecimento dos mecanismos de certificação, legislação, produção e manipulação de alimentos orgânicos e a popularização da produção e consumo destes alimentos. A certificação participativa, por exemplo, bastante presente nas feiras agroecológicas, é um instrumento pedagógico que motiva e articula os diversos atores, todos os integrantes da rede que tomam parte de uma certificação participativa têm internalizado os seus procedimentos, sendo o objetivo em si a organização do movimento e a sua autonomia. Essa metodologia estimula a integração entre agricultores(as) e consumidores(as) e a organização social em uma lógica de rede, na qual a relação que se estabelece é horizontal e de interdependência (não favorecendo hierarquias). As feiras agroecológicas apresentam-se como alternativa às grandes redes varejistas (IBASE, 2011).

Feiras Mistas exigem uma adequação dos produtos comercializados. Pois, é permitido que produtos da agricultura orgânica fiquem ao lado de produtos da agricultura convencional, mas devidamente identificados. O mesmo se dá aos alimentos processados, que se encontram sem identificação. Como estabelecer uma relação de confiança com o consumidor se não existe uma forma de garantir a segurança alimentar do produto comercializado?

Neste aspecto, associa-se a questão da sustentabilidade no contexto da ES e na responsabilidade com as futuras gerações que abrangem este novo paradigma econômico. É imprescindível que a sustentabilidade ambiental venha acompanhada do equilíbrio social, sem o qual, não há que se falar em respeito ao ambiente. A sustentabilidade ambiental não é um pressuposto isolado, mas apenas um dos fundamentos de uma sociedade solidária, que respeite o imperativo ético da responsabilidade atual e futura com seus membros, e que persiga, sobretudo, uma condição de equilíbrio em que sejam ponderadas não somente as condições ambientais, mas as econômicas e sociais (JESUS, 2009).

A realização das práticas de autogestão, solidariedade, cooperativismo requer uma conscientização social dos envolvidos. Todos trabalhando em um só movimento, cada qual

agindo no seu setor, com o foco na realização de ações que beneficie o todo, como um sistema.

O envolvimento da universidade tem sido importante no apoio às iniciativas da economia solidária em vista da sua capacidade de pesquisa, extensão e adaptações de tecnologias. E ainda, as instituições públicas têm função relevante na medida em que disponibilizam conhecimentos para a comunidade que não tem acesso ao ambiente acadêmico e ao conhecimento gerado por ela.

A Feira da UFSC tem papel fundamental na constituição de um espaço social, cultural e educativo que promova a diversidade, resgata valores e crenças e possibilita a troca de informações sobre alimentação, saúde e qualidade de vida, assim como sugere Darolt (2012).

No dia a dia da Feira da UFSC, é nítido o envolvimento dos consumidores nesta proposta e o interesse dos mesmos na permanência da Feira, pois a relação dos feirantes com os consumidores é bem estreita e possibilita a troca de informações. Essa interligação que se estabelece com as pessoas que freqüentam a Feira poderia estender-se à população, promovendo discussões relacionadas ao consumo responsável e a equidade entre gerações.

2. DISCUSSÃO

A partir dos relatos e das atividades vivenciadas no espaço da Feira da UFSC no período de realização deste trabalho, observou-se que os entraves que surgiram, primeiramente, associaram-se à falta de conhecimentos e/ou acesso às informações entre os envolvidos com a Feira que acontece, semanalmente, há sete anos.

A maior parte dos feirantes que a compõe, nos dias atuais, não tinha consciência e informação sobre os princípios que embasam os conceitos da Economia Solidária. Em parte, esta carência de conhecimento sobre o tema, vem da distância que se estabeleceu entre a Universidade e Feira nos cinco últimos anos.

Ao realizar as entrevistas e levantar informações sobre o histórico da Feira, segundo os relatos e os documentos fornecidos pelo entrevistado (E1) no início da Feira em 2006, o grupo era menor e mais homogêneo em relação aos ideais estabelecidos e aos princípios que norteiam os conceitos da ES, os quais serviram de base, efetivamente, na construção dos planos de trabalho propostos e estratégias de organização da Feira.

O entrevistado (E1) confirmou que a Feira só aconteceu por existir um ideal, um espaço solidário, com trocas solidárias e expansão da mente no intuito de proporcionar o bem estar de todos os seres.

No decorrer desta pesquisa-ação surgiu uma dúvida: a proposta do projeto inicial algum dia alcançou o objetivo proposto ou manteve apenas uma expectativa dos envolvidos que idealizaram o projeto? Nas entrevistas realizadas, percebeu-se que a Feira da UFSC iniciou suas atividades embasadas nos princípios que regem a agroecologia e ES e foi assim que ela se estabeleceu.

Segundo os entrevistados (E1 e E2) se não fosse sob este contexto, a Feira tampouco poderia existir, pois a vontade do grupo e a cooperação, enquanto forma de integração social, na qual as pessoas se unem para alcançar o mesmo objetivo, é uma boa estratégia de legitimação social, neste caso, do espaço estabelecido (CHAVES e PINTO, 2007). O fato de o projeto abordar um tema, cuja visão estratégica, a longo prazo, era estabelecer um local de convivência e de mercado fundado na solidariedade e na sustentabilidade, este tema encaixava-se completamente dentro do contexto de uma Universidade pública, pois a Economia Solidária consolida-se não somente como um movimento social e econômico, mas como um modelo estratégico de desenvolvimento (JESUS, 2009).

Após o primeiro ano de existência da Feira da UFSC, o coordenador do Projeto Ágora, ausentou-se e, mesmo que a Feira naquele momento estivesse estruturada, de extrema importância é ter um professor envolvido na elaboração teórica e realização das atividades práticas, é relevante, no sentido de dar apoio às iniciativas que envolvem a Economia Solidária (CULTI, 2007).

Assim como dispõe a norma que regulamenta as Ações de Extensão na UFSC, um Projeto de Extensão constitui-se de um conjunto de atividades que envolvem docentes, pesquisadores, discentes e técnicos administrativos, neste aspecto demonstra-se o papel das universidades no desenvolvimento deste tipo de atividade como a Feira da UFSC no intuito de responder as necessidades reais da ação.

Segundo entrevistado (E1), no que se refere à existência ou não da ES no espaço da Feira no início do projeto, ele expressa que para o funcionamento de um espaço com características baseadas em princípios solidários há inúmeras funções designadas a cada membro do grupo. E cada indivíduo participante do processo contribui para o funcionamento do sistema.

Logo, na ausência de um dos membros, o sistema fica comprometido, pois nem sempre é possível substituir a contribuição que era dada pelo indivíduo que se afasta. Neste sentido, entende-se que o movimento de entrada e saída de feirantes, o afastamento do Coordenador do Projeto e de outros idealizadores, contribuiu para a distância que a Feira da UFSC adquiriu, neste ínterim, da identidade estabelecida em 2006, pois a organização e

formulação de estratégias de trabalho, aos poucos foram direcionadas a uma pessoa apenas com boas características de gestão.

Na atual configuração da Feira da UFSC a forma organizativa é de uma economia marcada pelo individualismo. Arruda (2000) destaca a importância à prática de um cooperativismo autônomo, autogestionário, solidário no sentido de inovar a empresa comunidade humana na relação de troca entre os diversos agentes, o autor sugere que o associativismo e o cooperativismo sejam transformados em projeto estratégico e utilizados como os meios adequados para a reestruturação do sócio-economia.

É complexa a organização coletiva, a conscientização do grupo em função das mudanças que aproximem a Feira aos princípios dos quais os feirantes não compreendem, pois convivem e dependem de uma economia capitalista. Neste aspecto, a compreensão do sentido da solidariedade é maior que o exercício de atitudes solidárias (ANDRIOLI, 2002).

No início da intervenção deste ano, a proposta foi transformar o espaço comercial existente em um espaço também solidário, isso porque a ideia de Feira Solidária foi encontrado nos documentos e registros do projeto inicial, mas que, neste ínterim, a Feira da UFSC adquiriu outro caráter que não de espaço solidário. Assim, os conceitos e/ou intenções, envolvidos no projeto inicial e resgatados neste trabalho foram importantes para abrir um espaço de reflexão e contribuir para um despertar do coletivo.

No entanto, dentro da proposta de criar um espaço comercial e também solidário, resgatando as características envolvidas neste processo, percebeu-se que a autogestão tem caráter complexo nos empreendimentos solidários. Como afirma Lisboa (2005) não existimos independentes do nosso entorno, a autonomia sempre é relativa, autonomia e heteronomia coexistem, é o paradoxo da auto-organização: para ser autônomo é necessário depender do mundo externo. Portanto, intervir em um grupo que não está ciente das características relacionadas ao conceito de Economia Solidária requer todo um resgate sobre o tema, no sentido de trazer estes princípios para dentro do contexto, fazer mudanças pontuais, encontros para refletir sobre os entraves, diluir as dificuldades no coletivo e aos poucos inserir a ideia de cooperação, já que há a existência de interesses e objetivos comuns a todos.

Há muitas atividades que envolvem a autogestão no espaço da feira e, praticar no dia a dia a autogestão resgatando uma cultura solidária, aos poucos possibilitará o entendimento dos envolvidos, pois os resultados serão visualizados de forma a estimular a continuação deste seguimento. De qualquer forma, neste período que a Feira da UFSC esteve desvinculada da universidade, ela manteve-se e aumentou de tamanho, ou seja, continuou a existir e houve

alguma forma de organização coletiva, o que significa que ocorreu uma espécie de autogestão de forma a mantê-la naquela espaço.

Há outro aspecto relevante neste espaço comercial, a atividade econômica, que movimenta os envolvidos. A Feira da UFSC gera renda para além das barracas que operam nos dias de Feira, pois há famílias envolvidas direta e indiretamente. O componente econômico os leva, semanalmente, a compartilhar o mesmo espaço e as mesmas adversidades diárias logo, faz surgir uma solidariedade emergencial, pontual na qual as noções de princípios não são tão importantes, ao contrário da solidariedade estrutural que está impregnada de fatores éticos-políticos que se orientam em busca de soluções estruturais saudáveis para problemas amplos e de caráter persistente proposto por Assman e Sung (2000).

Após o início das atividades, conflitos internos emergiram de dentro do grupo. Houve questões relacionadas à ocupação de espaços, no sentido de os feirantes disputarem locais onde há mais movimento de pessoas, outras no sentido de um se preocupar com os produtos que eram comercializados pelos outros, que não podiam repetir as propostas, pois seria um tipo de concorrência e houve divergência em relação à procedência dos produtos comercializados. Estes conflitos apareceram no momento da intervenção, ou seja, no momento em que os feirantes saíram da zona de conforto em que se encontravam.

Fez-se necessária a abertura de um espaço reflexivo sobre cooperação como existência de interesses e objetivos comuns, proposto pelo SIES (2013), pois o grupo precisava conscientizar-se de que uma ação coletiva da maioria mobilizaria a Feira como um todo.

Segundo Andrioli (2002) é difícil conceber a importância da solidariedade, numa sociedade marcada pela competição e pelo individualismo. Sendo que a lógica do mercado se regula pela concorrência, pela vitória de um sobre o outro, a cooperação perde o seu sentido de ajuda mútua para se reduzir a uma mera tática de intervir no mercado: unir-se com uns para competir com outros. Assim, o desafio de construir organizações cooperativas no contexto de competição e luta desenfreada pela sobrevivência se torna bastante complicado sem um espaço de reflexão sobre o significado do ato cooperativo, da importância da convivência e da solidariedade.

A Feira da UFSC tem grandes desafios para alcançar seu verdadeiro potencial. Tornar-se um espaço de comércio justo, ético e solidário exige a formação de uma intelectualidade e de um pensamento gerador de atribuições para o desenvolvimento de práticas solidárias. Para isso é necessário abrir um canal de reflexão sobre o significado do ato cooperativo, sobre a importância de conviver em solidariedade entre a Universidade e os feirantes para adquirir uma compreensão sobre economia solidária que vai contra a lógica do mercado atual

capitalista. A economia solidária utilizada como base para fundamentar um empreendimento solidário exige dinâmicas grupais participativas e uma educação que desenvolva o saber popular.

Há sete anos a Feira acontece na UFSC e se perdeu a identidade inicial, a questão não foi apenas por motivos de organização interna, mas também por descaso da parte da instituição. A Feira continuou acontecendo mesmo após o projeto responsável ficar inativo, sem manifestação da parte da universidade em relação a alguma exigência e/ou estabelecimento de critérios para a comercialização de produtos no espaço institucional, a Feira seguiu seu curso, sem identidade, sem conceito, com o foco na comercialização, logo a reduziu-se a uma forma de circuito curto de comercialização local.

No entanto, por estar estabelecida há bastantes anos, neste circuito curto, há mais de 150 famílias envolvidas direta e indiretamente. Apesar das irregularidades descritas neste material, dentro da Feira há vidas que dependem da renda gerada deste circuito curto. As famílias de produtores que comercializam produtos da agricultura familiar relatam que há uma programação na produção em função da Feira e que apesar do espaço de comercialização não estar adequado com um Espaço Comercial e Solidário, no campo há solidariedade entre as famílias que produzem.

A Feira da UFSC tem potencial para realizar um comércio justo e solidário, mesmo que para isso haja pontos de cortes e algumas pessoas não consigam se adequar as regras que serão estabelecidas, mas se conseguirem alcançar a dimensão da importância de se organizarem de forma cooperativista e solidária, novos caminhos surgirão.

A agroecologia no contexto da Feira da UFSC é importante direcionar os demais princípios a ela submetidos de forma a construir uma nova racionalidade para direcionar o grupo a uma convivência mais harmoniosa fazendo jus ao argumento de que o planeta é um grande sistema, autorregulado, interdependente, que se reproduz conforme a disposição de seus elementos (JESUS, 2009).

Assim como nos sistemas produtivos em transição para a agroecologia, há um período de reorganização até que o equilíbrio seja restaurado, a Feira também passa por este processo. O grupo envolvido percebeu as necessidades, tiveram que entender o problema, assimilar os conceitos, tomam parte da ação, precisam adaptar-se a novas situações que envolvem regras e normas. Estão no caminho, aos poucos adquirem segurança para manterem-se no propósito.

É preciso que a universidade esteja presente junto com os feirantes e represente seu verdadeiro papel, faça o devido controle e promova meios de adequações onde os feirantes tenham acesso e recebam não só recursos materiais, mas intelectuais, já que exige a

adequação dos alimentos e produtos orgânicos, no sentido de garantir o bem estar da população acadêmica e entorno.

CAPÍTULO 5

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta as conclusões feitas a partir das análises e observações durante o período em que se desenvolveu este estudo, seguido de algumas recomendações de ordem prática já que a metodologia utilizada foi sensível a pesquisa-ação, sugerida por Thiollent (1998).

1.1. Conclusão

Concluiu-se que no momento da intervenção, em julho de 2013, o espaço da Feira da UFSC estava distante de ser um espaço de práticas solidárias como proposto no projeto inicial. E, ao levantar as necessidades para a manutenção da Feira na construção de um espaço embasado nos princípios da ES, diagnosticou-se escassez de informações da maioria dos feirantes e a falta de compreensão no sentido abrangente da solidariedade na realização das atividades organizativas.

A Feira da UFSC, na proposta inicial entre 2006 e 2007, utilizou a autogestão como exercício de práticas participativas nos processos de trabalhos interagindo também com cooperação e solidariedade, mas perdeu esta característica no decorrer dos anos. Por outro lado, houve uma forma de organização coletiva entre os envolvidos entre 2007 e 2010, pois eles mantiveram-se na universidade mesmo sem estarem vinculados à uma ação de extensão. A autogestão, apesar de ser uma característica central e definidora da ES, ela é uma característica que qualifica, mas pode ser um elemento não necessário para definir o caráter solidário de uma atividade econômica. Ela pode estar presente tanto em empreendimentos solidários ou não solidários.

Neste sentido, atualmente, é possível reorganizar a Feira da UFSC de forma a resgatar estes princípios, já que o Cooperativismo Solidário parte da existência de interesses e objetivos comuns e a Feira tem um forte objetivo: manter-se no espaço da universidade, pois há famílias que dependem desta atividade, direta e indiretamente.

Ainda concluiu-se que a Feira da UFSC atual é um circuito curto de comercialização classificada como Feira Mista e que não está totalmente adequada em relação aos alimentos comercializados e aos Mecanismos de Segurança utilizados para garantir a qualidade dos produtos orgânicos ofertados pelas bancas respectivas.

Por fim, destaca-se a importância da permanência da Feira no espaço universitário, pois nesta condição será possível a reconstrução social deste local, ancorado em conhecimentos científicos, testados no dia a dia da Feira, utilizado como instrumento pedagógico para os envolvidos nas ações e, também, estendendo os resultados para a comunidade. Assim, é possível assegurar a qualidade dos produtos e serviços ofertados interagindo conhecimento e desenvolvimento humano em um único local.

A Feira da UFSC tem potencial para desenvolver características que fazem parte do contexto solidário e um programa de extensão da universidade dará suporte para a formação de uma intelectualidade e de um pensamento gerador de atribuições para o desenvolvimento de práticas solidárias.

1.2. Recomendações

Os circuitos curtos de comercialização, especificamente as Feiras Agroecológicas são um vasto campo de atuação para o Engenheiro(a) Agrônomo(a). Nesta área, o profissional tem a oportunidade de acompanhar a cadeia produtiva de cada produto, desde a produção até o consumidor final e fazer o intercâmbio das relações entre o meio rural e urbano.

Em cada passo da cadeia existe uma oportunidade diferente de atuação para o Engenheiro(a) Agrônomo(a), podendo exercer funções diversas como atuar na área de produção dos produtos, na fiscalização e certificação de produtos orgânicos, no processamento de alimentos agropecuários e na intervenção de ações coletivas para possibilitar o trâmite entre as unidades produtoras e os pontos de venda, enfim, um vasto campo profissional.

Na construção do presente trabalho participou-se dos dias de feira de agosto a novembro e foi possível observar questões pontuais com causa e efeito explícitos no dia a dia da Feira.

Observou-se que, na intervenção, alguns feirantes não interagiram com o grupo que se mobilizou na realização das atividades. Este grupo corresponde aos feirantes que participaram da feira desde 2006 da Feira. Se a interação entre o grupo todo tivesse acontecido, ou seja, feirantes antigos interagido com os feirantes mais recentes, os resultados

adquiridos teriam outra configuração. Pois, como diagnosticado anteriormente, a falta do acesso à informação do grupo de feirantes que se mobilizou foi um dos entraves diagnosticados na realização das atividades e, os atores que não interagiram compreendiam os princípios resgatados do projeto inicial. Sugere-se uma atividade que possa integrá-los valorizando-os como atores principais desta história.

Outra questão que surgiu no dia a dia da Feira foi a não identificação adequada nos rótulos de alguns produtos ofertados e o quanto uma informação coerente interfere na confiabilidade do produto comercializado. Colocar de forma adequada informações nos rótulos como origem, produtor, instituições envolvidas, devidas inspeções e mecanismos de segurança, agrega valor ao produto garantindo a credibilidade uma vez que o espaço da Feira tem esta característica de estreita relação entre produtor e consumidor e possibilita a troca de informações.

A falta de acesso a sementes orgânicas foi um dos pontos também observados entre os produtores de orgânicos. Em vários momentos observaram-se reclamações e discussões sobre o assunto entre os feirantes. Há uma preocupação em relação a este contexto de produção orgânica sobre os insumos utilizados na agricultura orgânica, em relação à Instrução Normativa de número 46 artigo 100, inciso 3, que estabelece a proibição e utilização de sementes e mudas não obtidas em sistemas orgânicos a partir de 19 de dezembro de 2013. Sugere-se que haja uma mobilização no sentido de aproximar a pesquisa e o meio rural e buscar alternativas viáveis para aquisição de insumos que possibilitem a produção orgânica.

Outras práticas exercidas na Feira da UFSC como massagens, comercialização de homeopáticas, plantas medicinais, requerem uma atenção especial, pois envolve a saúde e bem estar dos consumidores e, embora seja explícita a boa vontade dos praticantes em busca de bons resultados, lidar com a saúde alheia é assumir riscos que vão além da relação entre o praticante e o consumidor, pode prejudicar o paciente, acarretar longos processos judiciais para a Instituição e, conseqüentemente, prejudicar o espaço da Feira como um todo. É necessário orientar de forma efetiva nestes casos, para não por em risco a permanência da Feira.

Assim, sugere-se que a Universidade em parceria com os feirantes formule cursos e oficinas de capacitação em prol da promoção do bem estar comum e estimule o acesso e a busca por informação. Promover oficinas de atualização de práticas que envolvem artesanato, estimulando o contato com outros grupos e favorecendo a troca de conhecimento entre regiões, realizar oficinas e/ou cursos que orientam os processos de manipulação de alimentos,

curso de culinária natural, curso de Medicina Alternativa, palestras de Instituições Federais como o MAPA que está inserido no contexto da Feira, entre outros.

Há o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária (FBES, 2013).

Assim, como sugerido no parágrafo anterior, a integração do grupo ao Fórum e a promoção de oficinas na universidade poderá conectar o grupo de feirantes ao movimento já existente em outras regiões, com outras redes experientes nesta atividade, possibilitando o intercâmbio de conhecimentos e saberes. No caso, incentivá-los-ia a enfrentarem as adversidades que surgem neste contexto, pois são comuns e necessárias a todos os grupos.

Utilizar a pesquisa como ferramenta de ação, como sugere Tiollent (1998) já que a pesquisa-ação é voltada para diversas aplicações em diferentes áreas de atuação tendo como prediletas a Educação, Comunicação Social, Serviço Social, Organização, Tecnologia – em particular no meio rural e práticas políticas e sindicais. A pesquisa participante ocupa um espaço crescente na área de pesquisa educacional, inclusive com apoio institucional.

Neste contexto sugere-se que a Feira da UFSC torne-se um programa institucional de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina no intuito de interligar a pesquisa e a extensão de forma a promover um diferencial, de realizar atividades acadêmicas que agreguem conhecimento tanto para o acadêmico quanto para os feirantes e que o resultado estenda-se à sociedade no sentido de promover confiabilidade dos produtos e serviços disponibilizados. E, ainda, fazer do espaço comercial um espaço solidário e sustentável na promoção do bem estar de todos.

Outro ponto é a imposição de normas e regras para a permanência da Feira na universidade como medida de ação imediata. Há possibilidade da Feira mudar de local, pois o representante da Instituição citou, em uma das reuniões, a questão da Praça da Cidadania - um local nobre que deve ser preservado. No entanto, os feirantes querem permanecer onde se encontram, na Praça da Cidadania, pois os consumidores estão habituados e o acesso para a comunidade acadêmica e entorno é fácil.

O Projeto da Praça da Cidadania uniu a proposta de Burle Marx – criar um espaço florido e que fosse o ponto de convergência entre universidade e sociedade – e a afirmação da política de humanização do Campus junto aos valores essenciais da universidade para com a sociedade (UFSC, 2005). A Feira da UFSC, devidamente adequada, dentro dos conceitos que englobam a ES e a agroecologia, encaixa-se perfeitamente ao contexto histórico da Praça da

Cidadania, além disso, o nome ÁGORA, como é sabido, designava nas antigas cidades gregas, nas quais surgiu a experiência democrática, a praça onde se realizava tanto a assembléia dos cidadãos quanto o mercado da cidade.

A realização deste trabalho de conclusão de curso envolveu certo nível de conhecimento em desenvolvimento humano, do qual não se adquire na academia e sim na vida, com as experiências escolhidas. Em qualquer área profissional, é necessário saber lidar com pessoas e praticar o diálogo com solidariedade para alcançar os objetivos. Na profissão de Engenheiro(a) Agrônomo(a) não é diferente, pois trata-se de produção de alimentos, relações de mercado local e/ou global, políticas públicas, associações, cooperativas, autogestão, etc., todas estes conceitos envolvem conhecimentos da área de desenvolvimento humano. É importante desenvolver o lado humano antes de atuar em qualquer área, pois cada indivíduo pensa, vive, age e trabalha diferente do outro e, saber identificar os potenciais individuais em benefício do coletivo é uma estratégia louvável quando se trabalha em grupo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SAES, S.; SOUZA, M. C., MAGALHÃES, R. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. **CEPAL. Pobreza e mercados no Brasil. Brasília: DFID**, 2003.

ALMEIDA, D. G.; MARQUES, B. F. Sustentabilidade ecológica e democracia intergeracional: o direito das futuras gerações na Constituição de 1988. In: Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFG - CONPEEX, 3. **Anais eletrônicos do XIV Seminário de Iniciação Científica**. Goiânia: UFG, 2006. n.p Disponível em: <http://www.ufg.br/conpeex/2006/porta_arquivos/pibic/019271DanilaGon%C3%A7alvesdeAlmeida.pdf> Acesso em: 04/11/2013.

ALTIERI, M.; **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. 110p.

ANDRIOLI, A.I.; Cooperativismo: uma resistência à exclusão. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II. nº 19. Dezembro, 2002. Mensal. Disponível: <http://www.espacoacademico.com.br/019/19andrioli.htm> Acesso: 03/10/2013.

ARRUDA, M. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. In: ARRUDA, M.; BOFF, L. (Orgs.) **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/doc-7273_pt.pdf> Acesso em: 04/10/2013.

ASSMANN, H.; SUNG, J.M.; **Competência e Sensibilidade Solidária: educar para a esperança**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BERTUCCI, J.O.; A Produção do Sentido e a Construção Social da Economia Solidária. **Tese de Doutorado em Sociologia**. Universidade de Brasília, 2010.

BITTENCOURT, S. A participação das cooperativas em licitações públicas. Rio de Janeiro: Temas e Idéias, 2001.

BRASIL1. Governo Federal. **Decreto Federal nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. Diário Oficial da União. Brasília, 20 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm> Acessado: 23/10/2013.

BRASIL2. Governo Federal. **Lei Federal nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://legislacao.planalto.gov.br/LEGISLA/Legislacao.nsf/viwTodos/3B2993CF98E165FF032571B6004403FB?OpenDocument&HIGHLIGHT=1>> Acesso: 28/09/2013.

BRASIL3. Governo Federal. **Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica, altera a lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da medida provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://legislacao.planalto.gov.br/LEGISLA/Legislacao.nsf/viwTodos/5A49569EC90FC2A5832575D8003FD2CF?OpenDocument&HIGHLIGHT=1>> Acesso: 28/09/2013.

BRASIL4. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade Orgânica**. Secretaria do Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Coordenação de Agroecologia. Brasília, 2012.

BRASIL5. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Departamento de Estudos e Divulgação. **Atlas de Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG – São Paulo: Todos os Bichos, 2009. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>> Acesso: 14/10/2013.

BRASIL6. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Economia Solidária. Departamento de Estudo e Divulgação. Programas e Ações da Economia Solidária. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/feiras-em-rede-de-economia-solidaria-e-agricultura-familiar.htm>> Acesso: 14/10/2013.

BUSARDO, E. A. 2006. Autogestão em construção: uma cooperativa de construção civil do Rio de Janeiro. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, 9(1):53-71.

BRASSARD-DUPERRÉ, M.-È.; **L'économie populaire solidaire, outil de reconstruction de la paix :le cas du Chili**. Chaire de recherche du Canada en développement des collectivités, Université du Québec en Outaouais, 2005. 195 p.

CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R.; Ação coletiva no âmbito da Economia Solidária e da Autogestão. **Revista Katálysis** (online), 2008. Vol. 11, n.1, pp. 116-122.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Circuits courts et vente direct : définition, typologie et évaluation. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, Montpellier, n.1 et 2, p. 1-8, év.-mar.,2007.

Disponível em : <http://www.psdr-coxinell.fr/IMG/pdf/Cahier_de_1_Obs1-INTERNET.pdf>
Acesso em: 15/09/2013.

CORDEIRO, E. F.; FILIPPINI, M. O.; MOLZ, M.; Consumidores e produtores tecendo novas redes de sustentabilidade: os desafios de uma experiência de extensão universitária em Florianópolis/Sc. **Artigo** apresentado na oficina do Nead/MDA no II Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social, Brasília (2009).

COUTINHO, M.C.; DAL MAGRO, M. L. P. 2008. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”. **Revista Psicologia em Estudo**, 13(4):703-711.

CULTI, M.N.; Economia Solidária: incubadoras universitárias e processo educativo. **Revista Proposta**, publicação da FASE, Jan/Mar – 2007, ano 31, nº 111.

DUBEUX, A.; O papel das universidades na construção da economia solidária no Brasil. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, n. 111, p. 4-15, 2007.

DAROLT, M.R.; [colaboração de HadrienConstanty] **Conexão ecológica**: novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina, IAPAR 2012. 162 p.

DAROLT, M.R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. ; A diversidade de circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**: experiência em agroecologia. Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 8-13, junho, 2013.

DAROLT, M.R.; Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIARDELE,P.;ALMEIDA,L.;VEZZANI,F.M.; (Org). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.p.139-170.

DUBEUX, A. O papel das Universidades na construção da economia solidária no Brasil. 1º Encontro de Economia Solidária no Brasil. **Revista Proposta (FASE)**, nº 111. Rio de Janeiro, p. 4-15, mar. 2007.

EPAGRI ONLINE. 2008. **A Agroecologia em Santa Catarina**. Disponível em:<http://www.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82:a-agroecologia-em-santa-catarina&catid=40:pesquisas-destaque&Itemid=38>Acesso: 17/09/2013.

FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. PDF on line. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=61> Acesso em: 13/11/2013.

IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Pesquisa alimentos orgânicos. Revista do IDEC. Edição 162. Fevereiro de 2012, p.20. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/pdf/feiras-organicas-florianopolis.pdf>> Acessado em: 16/10/2013.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Fluxos e informações na Economia Solidária**: comercialização e certificação participativa. Rio de Janeiro, 2011. P.,16-19. Disponível em: www.ibase.br

JESUS, T.S.; Economia Solidária e Ecosociodesenvolvimento: a construção de uma nova percepção de sustentabilidade. **Outra Economia**. V.3, n. 05, 2º Semestre, 2009. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1159/325>> Acesso em: 30/10/2013.

KARAN, K.F.; ZOLDAN, P.; **Comercialização e consumo de produtos agroecológicos**: pesquisa dos locais de venda, pesquisa do consumidor – Região da Grande Florianópolis – Relatório Final. Florianópolis, Instituto Cepa/SC, 2003. 51p.

INSTITUTO KAIROS; Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Caminhos para práticas do Consumo Responsável – Parceria entre Consumidores e Produtores na Organização de Feiras. **Cartilha**. São Paulo, 2011.44 f. Disponível em: <<http://www.institutokairos.net>>. Acesso: 01/09/2013.

IPARDES; IAPAR. **O mercado de orgânicos no Paraná**: caracterização e tendências – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e Instituto Agrônomo do Paraná: IPARDES, 2007.188 p.

LAVILLE, J.L.; **Economia Solidária, a perspectiva européia**. Soc. Estado. Vol.6, Nº 1, Brasília, Dezembro, 2001.

LISBOA, A.M.; Economia Solidária: incubando uma outra sociedade. **Proposta** 97. Junho a Agosto, 2003. p.50-58. Disponível em:<<http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta97/arnadolisboa97.pdf>> Acesso em: 02/11/2013.

LISBOA, A.M.; Economia Solidária e Autogestão: imprecisões e limites. **Revista de Administração de Empresas**, v.45, n.3, p. 109-115, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n3/v45n3a06.pdf>> Acesso em: 01/11/2013.

LOPES, J.A.V.; **Cooperativismo Contemporâneo**: caminho para a sustentabilidade. Stilo Gráfica e Editora Confefbras. Brasília, 2012. 176 p.

MAHESH, M.; PROUT: a Teoria da Utilização Progressiva. **Artigo**. Florianópolis, SC, 2008-2011.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade Orgânica. **Cartilha**. Brasília: MAPA/ACS, 2012. 2ª Edição.

MANCE, E.A.; A revolução das redes de colaboração solidária. Artigo apresentado no **Encontro Internacional de Economias Salesianas**, Sevilha, 2005.

MANCE, A. E. **Redes de Economia Solidária**: a expansão de uma alternativa global. II Fórum Social Mundial. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <www.milenio.com.br/mance/fsm2.htm> Acesso em: 20/11/2013

MELÃO, I.B. Desenvolvimento Rural Sustentável a Partir da Agroecologia e da Agricultura Orgânica: O Caso do Paraná. **Nota Técnica Ipardes**, Curitiba, n.8, out. 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/NT_08_desenv_rural.pdf> Acesso em: 01/11/2013.

NASCIMENTO, C. A **Autogestão e o “Novo Cooperativismo”**. Sem. Nacional de Autogestão. Joinville, SC, Dez. 2003. Disponível em: http://ivip.org.ve/wpcontent/uploads/2011/09/Autogestao_e_novo-oop_por_Nascimento.pdf. Acessado em: 04/12/2013.

RIO APA, H. C.G.; **Dinâmica da comercialização de produtos orgânicos na ecofeira da Lagoa da Conceição (Florianópolis, SC)**. Florianópolis, SC, 2007. 182 f : tab., graf. TCC (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, 2007. Disponível em : <<http://www.tcc.cca.ufsc.br/agronomia/ragr032.pdf>>. Acesso em : 23/10/2013.

ROVER, O.; Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Revista de Ciências Sociais UNISINOS**, Jan.-Abr.2011.

ROVER, O.; LAMPA, F.M.; Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Revista Agriculturas**. V.10 – n.2, Junho, 2013.

SENAES/MTE, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **O que é Economia Solidária?** Brasília, 2003. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>> Acesso: 25/09/2013.

SESCOOP, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. Plantando a Semente do Cooperativismo : [aluno].. Capítulo nº 8. Programa Cooperjovem. OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. Brasília, DF, 2007. Disponível em:

<http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/cooperjovemaluno_arquivo_8_cap.pdf> Acesso em: 04/12/2013.

SINGER, P.; **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SGUAREZI, S.B.; BORGES, J.L.; ZART, L.L.; Economia Solidária e Educação: uma experiência interinstitucional entre a UNEMAT e o município de Tangará da Serra-MT. Política Universitária e Economia Solidária. Economia Solidária e Educação. UNEMAT e Tangará da Serra. **Anais**, 2008. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1202&Itemid=1> Acesso: 01/10/2013.

SILVA, RR; CLEPS, G.D.G.; As redes de comércio solidário: as formas de Comercialização dos produtos e serviços da economia Solidária em Minas Gerais. **Revista Horizonte Científico**. V. 1, n.10. p. 1-30. Minas Gerais, 2008. Disponível em: <<https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/cd2008/PDF/IC2008-0059.PDF>> Acesso: 16/10/2013.

SUNG, J.M. Competência e sensibilidade solidária. Revista **Psicopedagogia On Line**. Entrevista, São Paulo, SP. 2013. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/entrevistas/entrevista.asp?entrID=35>> Acesso em: 04/12/2013.

THIOLLENT, M.; **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA¹. Biblioteca Universitária. Serviço de Referência. **Normalização de trabalhos**. Florianópolis, 2013. Apresenta tutoriais, guias e templates para normalização de trabalhos acadêmicos. Disponível em: <<http://portalbu.ufsc.br/normalizacao-de-trabalhos-2/>>. Acesso em: 10/10/2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA². Gabinete do Reitor. Resoluções Normativas. Resolução número 003 de 08 de dezembro de 2009, dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina. Boletim Oficial da Universidade. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/resnormativas.nsf/2e3ec6ac95e5abb403256bfa003502b0/6cfaa514742b103a83257930006aac07?OpenDocument>> Acesso em: 14/10/2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA³. Comissão Permanente de Planejamento Físico. Plano diretor do Campus da UFSC : diretrizes e proposições / Comissão Permanente de Planejamento Físico. – Florianópolis, UFSC, 2005. 58p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA⁴. Projeto de Jardim Universal para UFSC. Grupo Pet – Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, SC, 2010. Caderno. P.27. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/petarquitetura/Caderno_Jardim_Universal1.pdf> Acesso em: 04/12/2013.

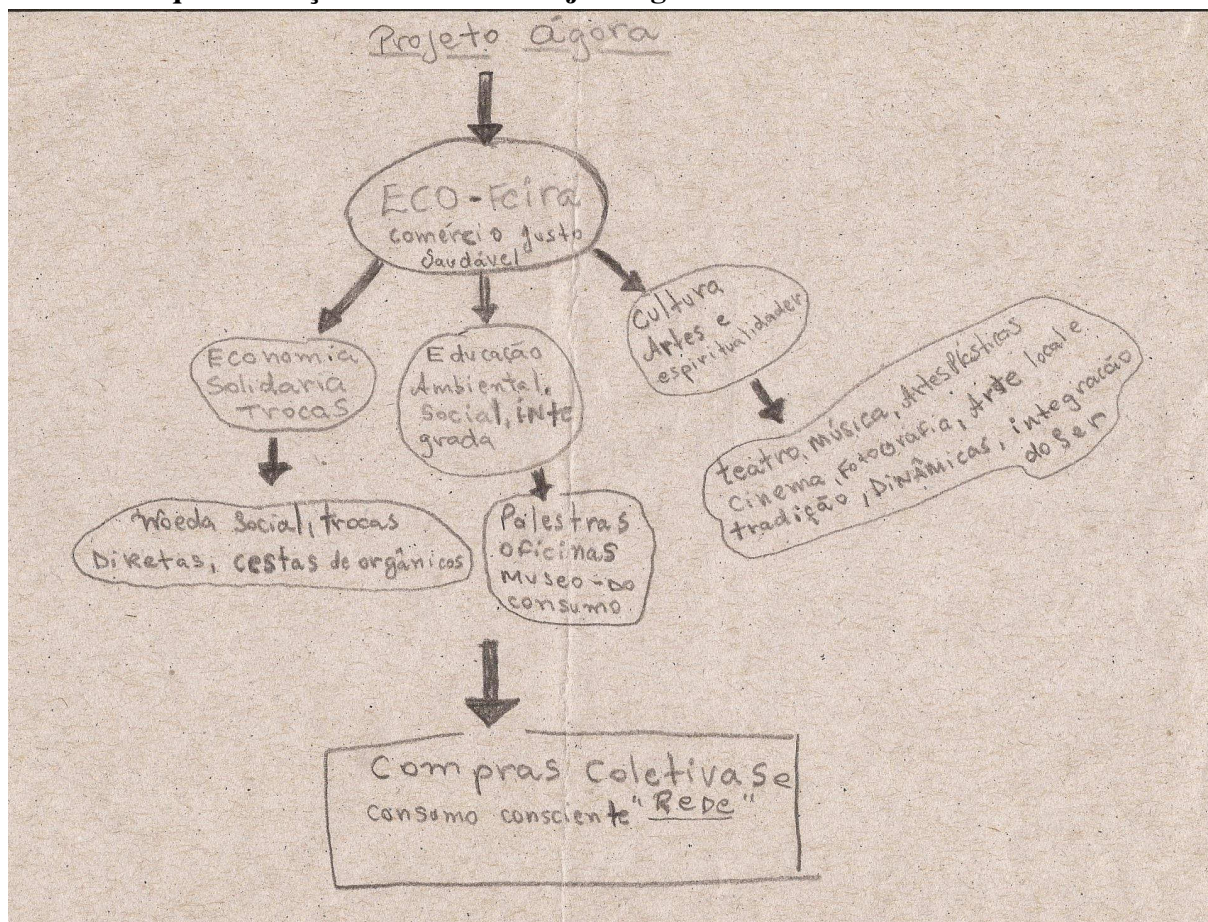
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA⁴. Projeto Ágora, 2008. Pró Reitoria de Cultura e Extensão. Florianópolis, SC.

ZERBINI, F.; PISTELLI, R.; A comercialização no contexto do comércio ético e solidário. FRANÇA, Cassio Luiz de (Org.). **Comércio Ético e Solidário no Brasil**. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert/ILDES, dez 2003. P. 62-69.

ZOLDAN, P.C.; MIOR, L.C. **Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012. 94p.

ANEXOS

Anexo1: Esquematização da ideia do Projeto Ágora



Anexo 2: Proposta inicial da Feira, horários e produtos ofertados

ECOfeira da UFSC

As aulas da UFSC
recomeçaram e com ela

TODA TERÇA!

✓ a nossa ECOfeira!

Produtos integrais, orgânicos, frutas, hortaliças, ervas medicinais, pães, mel, doces e salgados, conservas. E ainda, livros e artesanato.



Produtos Agroecológicos
e da Economia Solidária
Apoiando o Consumo
Consciente e Responsável.



✓ TOME NOTA!

DAS 7:00H ÀS 13:30H,
ATRÁS DO CENTRO DE EVENTOS
DA UFSC, TODA TERÇA!



ESPAÇO ABERTO PARA
TROCAS, APRESENTAÇÕES
ARTÍSTICO-CULTURAIS
E MOSTRAS EDUCATIVAS.

Iniciativa e Apoio:
NESOL, PROUT, EcoFeira da Lagoa e Jurerê, CEPAGRO,
Sala Verde, AGRECO, PRCE, CCEven, Grupo Pandorga, MST.

A Terça Eco-feira é parte do Projeto Ágora.



Anexo 3: Material visual para divulgação da Feira no projeto



Tamanho do cartaz 0,60 cm x 0,045cm

Anexo 4: Material de divulgação e Marketing da Feira 2



Terça Eco-Feira



PRODUTOS INTEGRAIS e ORGÂNICOS, FRUTAS,
HORTALIÇAS, ERVAS MEDICINAIS, PÃES, DOCES,
SALGADOS, MEL, LIVROS, CDS E ARTESANATO



Terças-feiras
7h30 às 13h30



atrás do Centro de Eventos - UFSC

NOVO HORÁRIO a partir de 29 de MAIO :

Consumo
Consciente
e Responsável

11h às 18h



Produtos
Agroecológicos e
da Economia Solidária

Anexo 5: Princípios postados no espaço da Feira da UFSC enquanto Projeto Ágora

Ecofeira Solidária

Acontece às quartas-feiras na UFSC, das 7:00 às 14:30h, na praça em frente à reitoria. Dentro da perspectiva da **Economia Solidária**, a Ecofeira busca uma nova sociedade baseada no princípio da igualdade social:

PARA O BEM-ESTAR DE TODOS OS SERES.

Aceitando as diferenças individuais e estimulando o desenvolvimento de cada indivíduo com foco no desenvolvimento e bem-estar coletivos. O que diferencia a feira da UFSC das demais que ocorrem na cidade é o foco em formas alternativas e educativas de consumo com **responsabilidade ética, social e ambiental**, praticando a economia solidária.

A universidade é compreendida como gestora de possibilidades, uma dessas possibilidades é a cumplicidade e o compromisso da universidade com a sociedade, através da aproximação com os movimentos sociais por meio da incubação de empreendimentos solidários, com a educação do campo e com a agroecologia, com o objetivo maior de desenvolverem bases sólidas para a construção da Educação e da Sócio-economia Solidária.

Anexo 6: Questionário para novos feirantes em 2006

FEIRA ECOSOLIDÁRIA DA UFSC

PROJETO ÁGORA

NESOL - CSE

(Núcleos de Estudos e Práticas em Sócio-economia Solidária)



QUESTIONÁRIO PARA CANDIDATOS A FEIRANTE

Nome: Idade:

Telefone(s): Email:

Endereço residencial:

O que pretende oferecer na Feira ? (Quais produtos e/ou serviços ?)

.....

Há quanto tempo trabalha com isso ?

.....

Trabalha: () sozinho/a () com outras pessoas

Caso trabalhe com outras pessoas, como é a relação de trabalho ?

.....

Depende dessa atividade para sustentar-se?

() pouco () bastante () exclusivamente

Essa atividade contribui para o sustento de outras pessoas?

() não () diretamente () indiretamente

Por quem é produzido ?

.....

Como é produzido ?

.....

O que gostaria de melhorar ? (nos seus produtos, processos etc.)

.....

Já encontrou dificuldades nesse sentido ?

.....

Qual seu interesse principal (ou interesses) em querer participar da Feira ?

.....

Qual a sua expectativa da Feira ?

.....

Tem previsão de até quando pretende participar da Feira ?

.....

Como pensa em contribuir para a Feira ?

.....

Algo mais que queira destacar ?

.....

Assinatura: Data:

Anexo 7: Cédula para eleição da comissão de avaliação no primeiro ano da Feira**VOTAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO**

((OBJETIVOS DA COMISSÃO: elaborar princípios da Feira, critérios de participação e seleção de feirantes, procedimento de recepção e seleção de novos feirantes.))

1. Quantos membros deve ter a comissão?

☒ 3 membros.

☐ 5 membros.

2. Quais são os nomes das pessoas que você julga mais apropriados para representar o coletivo da Feira nessa Comissão ? (Escolha dentre participantes e colaboradores da Feira. COLOQUE O NÚMERO DE PESSOAS CONFORME VOTOU NO ITEM 1.)

Anexo 8: Questionário formulado para realizar o diagnóstico no início da intervenção em 2013.2

Nome:

CPF:

Contato:

Endereço:

Nº de famílias envolvidas na banca:

Quanto tempo está participando da feira:

Em qual categoria, entre as discutidas na quarta feira, a sua banca se encaixa?

Em produtos Orgânicos, Coloniais ou Alimentares, ou na de Artesanato?

Quais as matérias primas usadas pra fazer os produtos vendidos? Qual a origem delas?

Liste os produtos comercializados em sua banca na feira.

Você possui vínculo com alguma instituição? Qual (is) organização(ões) participa?

Já participaram de alguma atividade, programa e/ou projeto de alguma instituição? Qual (is)?

Como você vê a sua banca contribuindo para o ensino, pesquisa e extensão junto a UFSC?

Você tem interesse em agregar outros produtos em sua banca?

Caso falte alguns detalhes para que a sua banca faça parte de algum grupo, você tem interesse em receber ajuda para se enquadrar em um dos grupos propostos no último encontro?

Você acha interessante cada membro ter uma identificação para facilitar o andamento da feira?

Quais as dificuldades mais frequentes que encontram no dia a dia da feirinha?

Em sua opinião quais as ações são necessárias para melhorar e facilitar seu dia a dia na feirinha?

Qual a sua opinião sobre esta nova iniciativa de reorganizar a feirinha?

Se comercializa orgânicos:

Possui certificação? Se sim, qual tipo de certificação e há quanto tempo vende produtos certificados?

Caso fabrique algo com a produção (compotas, biscoitos) possui algum tipo de inspeção sanitária (SIM, SIE, SIF)?

Se vende coloniais e alimentícios:

Possui algum tipo de inspeção sanitária?

Se vende artesanato:

Onde você obtém a sua matéria prima? Reutiliza algum tipo de material?

Você tem alguma sugestão?

Anexo 9: Questionário de identificação para candidatos a novos feirantes 2013.2

Nome:

Cpf:

Contato:

Endereço:

Instituição ou grupo que representa ou participa:

Qual sua relação com o grupo? (funcionário, sócio, informal)

O quê oferece? (produtos e serviços)

Qual seu diferencial? (em relação ao mercado normal)

O que gostaria de melhorar? (nos seus produtos, processos)

O que você acha que a feira pode melhorar? No que você pode ajudar?

Caracterize melhor seu grupo / atividade [*anexe o material que achar interessante*]

Quantos integrantes / famílias:

Cidade / região onde atua / produz:

Relações com outros grupos (fornecedores, parceiros, compradores):

Forma de produção / relações sociais de produção (individual, coletiva, cooperativa):

Relação com o ambiente (equilíbrio ecológico) e com a sociedade (igualdade e justiça social):

Como você vê a sua banca contribuindo para o ensino, pesquisa e extensão junto a ufsc?

Outro aspecto que queira destacar:

Se você tem interesse em participar da Feira Solidária UFSC, entre em contato: Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar - Supervisor: Prof. Oscar José Rover. Telefone: (48)3721- 2673 ou pelo e-mail: jerusa.rosa06@gmail.com

Anexo 10: Regimento interno Feira da UFSC- outubro/2013

REGIMENTO INTERNO FEIRA UFSC - OUTUBRO/2013

CAPÍTULO I - PRINCÍPIOS GERAIS

A Feira da UFSC é um espaço de convivência solidária que funciona no Campus Universitário João David Ferreira Lima, a qual atua como um circuito curto de comercialização, com o propósito de abrir um canal direto entre os consumidores e a produção artesanal, da agricultura familiar, orgânica e da economia solidária. Os produtores participam vendendo seus produtos diretamente aos consumidores finais e gerando formas de venda alinhadas com princípios do mercado justo.

A feira possui um caráter pedagógico, em que se busca a capacitação dos feirantes nas práticas de mercado, proporciona uma experiência de comercialização direta, educa os consumidores no consumo consciente e ecológico, e garante um espaço para atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos da UFSC.

CAPÍTULO II – PRINCIPAIS CONCEITOS ADOTADOS

- a) **Economia solidária** - Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, sem explorar os outros, sem obter vantagem unilateral e sem destruir o ambiente. Ela visa a cooperação, o fortalecimento dos grupos de produção e de consumo, cada um pensando no bem coletivo.
- b) **Cooperação:** pode se dar por várias maneiras, as quais vão desde a existência de interesses e objetivos comuns, à união dos esforços e capacidades, à propriedade coletiva de bens, à partilha dos resultados e à responsabilidade solidária.
- c) **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos integrantes da ação coletiva.
- ✓ **Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos ligados à feira é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com os consumidores e a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial; nas relações com movimentos sociais de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar e direitos dos trabalhadores e consumidores.

CAPÍTULO III – REGRAS DE FUNCIONAMENTO

SOBRE A AUTOGESTÃO DA FEIRA

- a) Os feirantes deverão eleger 04 pessoas que serão responsáveis pela coordenação das atividades, sendo um representante de cada categoria de produtos identificada: alimentício e colonial, orgânicos, artesanatos.

- b) Após indicados por cada categoria de produtos identificada, os 04 representantes serão eleitos através da votação por todos os membros da feira;
- c) O mandato de cada representante será de um (1) ano, com direito a uma reeleição;
- d) Cada reunião dos feirantes ou de sua coordenação deverá ser registrada em livro ata;
- e) Os membros do núcleo gestor deverão prestar contas das atividades e movimentos financeiros realizados em nome do conjunto dos feirantes, durante o mandato.

EXIGÊNCIAS PARA A PARTICIPAÇÃO NA FEIRA

O empreendimento que participar da Feira da UFSC deverá atender aos requisitos abaixo especificados:

- a) Ofertar produtos alimentícios ou coloniais, agroecológicos, orgânicos, agroindustriais, artesanais produzidos pelos próprios feirantes ou por organizações às quais estejam vinculados.
 - a. Cada banca será identificada quanto ao tipo de produtos que possui: se coloniais, orgânicos, agroindustriais, artesanais ou algum outro tipo que se defina/identifique posteriormente.
- b) No caso de vender produtos que não são de produção própria, mas produzidos por organizações às quais os feirantes estejam vinculados, tais organizações deverão ser uma associação ou cooperativa de base familiar, ou outra organização correlata, inseridas no espectro de atuação da economia solidária.
- c) Será permitida a venda de alimentos *in natura*, como frutas, verduras e legumes, desde que comprovados que os mesmos são produzidos pela agricultura familiar;
- d) Para a comercialização de produtos orgânicos será exigida a acreditação orgânica conforme prevê a legislação pertinente, visando garantir a adequada informação e transparência aos consumidores.
 - a. Os feirantes deverão identificar seus produtos com o selo Brasil Orgânico ou sua banca com a vinculação a uma Organização de Controle Social, conforme prevê a legislação citada.
- e) Para a comercialização de alimentos processados os feirantes deverão respeitar as leis e normas vigentes para agroindústrias de pequeno porte e familiares.
 - a. Além do respeito à legislação pertinente em geral, os feirantes deverão estar com o curso de manipulação de alimentos atualizado; (para conseguir a atualização do curso de manipulação, obrigatoriamente, precisa do atestado médico, não precisamos colocar isso no documento)
 - b. É expressamente proibida a manipulação/processamento de alimentos na feira.
 - c. Caso demandado pelos feirantes, a UFSC poderá oferecer formação e auxiliá-los para se adaptarem a boas práticas de manipulação e processamento de alimentos.
 - d. Todos produtos manipulados deverão ser rotulados, contendo informações como composição, datas de fabricação e validade, dentre outras.
 - e. Não é permitida a venda de produtos industrializados por grandes empresas.
- f) Para a venda de qualquer alimento do ambiente da Feira UFSC é obrigatório o uso de vestimenta adequada (avental, boné ou touca de cores claras, etc.).
- g) Os feirantes deverão sempre garantir a disponibilidade de recipientes para o depósito de resíduos, com a devida identificação para permitir seu descarte separadamente visando posterior coleta.
- h) É de responsabilidade dos feirantes que ao final de cada feira o ambiente esteja limpo, organizado e os resíduos encaminhados a seus destinos apropriados.

- i) Todos os alimentos expostos à venda devem estar agrupados de acordo com a sua natureza e protegidos da ação dos raios solares, chuvas e outras intempéries, ficando proibido estocá-los diretamente sobre o solo.
- j) À pessoa que manipular alimentos fica proibido o manuseio de dinheiro, exceto se adotar técnicas de efetiva separação entre o momento da manipulação do dinheiro e do alimento.
- k) As bancas deverão ter aprovação da autoridade sanitária competente.
- l) A UFSC definirá, consultado o Núcleo Gestor e o conjunto dos feirantes, a forma de fornecimento e de cobrança de energia elétrica.

PROCEDIMENTOS PARA A ENTRADA DE NOVOS PARTICIPANTES:

Toda nova demanda para integrar a Feira UFSC deverá seguir, além das exigências anteriormente expostas, os seguintes procedimentos:

- a) Preenchimento do formulário de solicitação de adesão à Feira – disponibilizado por um dos integrantes do Núcleo Gestor.
- b) Entregar o formulário de solicitação de adesão à Feira ao órgão da UFSC responsável pelo acompanhamento da mesma, o qual estará especificado no formulário.
- c) Caso alguém monte um estande, carro ou qualquer outra estrutura com objetivo de comercialização junto à feira, o Núcleo Gestor fica encarregado de entregar a ficha de cadastro e informá-lo do procedimento para ingresso na Feira UFSC, mostrando o regimento interno da feira aprovado pela Universidade. Se mesmo assim houver insistência em permanecer, o Núcleo Gestor deve informar à segurança da instituição.
- d) Após a avaliação do Núcleo Gestor e da UFSC, será informado ao interessado em participar da feira, via e-mail, o resultado da avaliação.
- e) Os critérios propostos a seguir não serão imperativos, mas orientarão na tomada de decisões a respeito da adesão de novos feirantes:
 - a. Se o produto ou serviço é gerado localmente, sendo local é definido com a abrangência do estado de Santa Catarina;
 - b. Se a proposta de venda dos produtos prevê alguma forma de troca solidária ou escambo.
 - c. Se os produtos oferecidos informam ao consumidor, através de etiquetas, o máximo de informações sobre suas características.

PERÍODOS, DIAS E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DA FEIRA

- a) A feira acontece todas as quartas.
- b) Seu horário de funcionamento, incluída a chegada e des/montagem dos estandes poderá variar conforme os feirantes, mas deverá respeitar os intervalos de 05 às 09 h para início e 17 e 21 h para encerramento.
- c) O não comparecimento de algum feirante durante 3 feiras consecutivas, sem justificativa, implicará em sua exclusão da feira.
- d) A feira funcionará no Campus Trindade da UFSC, no período de férias escolares, para atender a comunidade ao redor. A presença de todos feirantes é exigida também neste período, à exceção de casos previamente analisados e autorizados pelo Núcleo Gestor.

Assinam:

Representante do Núcleo Gestor 1	Representante UFSC
Representante Núcleo Gestor 2	
Representante Núcleo Gestor 3	
Representante Núcleo Gestor 4	

Anexo 11: Perguntas formuladas aos feirantes com o objetivo de diagnosticar o nível de entendimento em relação aos princípios que regem a Economia Solidária.

O que significa Economia Solidária para você?

Você poderia relatar práticas ou vivências no âmbito da Economia Solidária?

Autogestão, o que esta palavra lhe diz?

Em que consiste segurança alimentar e nutricional?

O que é agroecologia?

Anexo 12. Produtos 2013.2

Produtos comercializados na Feira UFSC - julho 2013				
Bancas	Alimentares e Coloniais	Orgânicos Certificados	Artesanatos	Tempo
B1	Caldo de Cana e Pasteis (Carne, frango, queijo, presunto)			4 anos
B2	Bolos veganos, cucas integrais, bolos sem glúten, pães Integrais, esfihas e empadas integrais e veganas, pastas de beringela e grão de bico, compotas e pestos.			1 ano
B3	Pães diversos, bolachas, bolos, Cucas, geléias, produtos lácteos.	Hortalicas, ovos, folhosas, raízes, frutas e legumes.		7 anos
B4	Produtos integrais e veganos (pasteis assados, quiches, pizzas) bolos veganos e não veganos, pães caseiros integrais com sementes, sucos orgânicos.			7 meses
B5			Brinquedos pedagógicos, bonecas, marionetes, móveis, caleidoscópios.	3 anos
B6			Acarajé, tapioca, quindim, cocada, sucos, refrigerantes, água.	6 meses
B7			Roupas femininas em tricô, croché e patchwork	3 anos
B8	Bolos, pães, cucas, bolachas, geléias caseiras, conservas.	Alface, couve, beterraba, repolho, rúcula, brócolis, salsa, cebolinha, couve flor, agrião, radite, acelga, frutas da época, aipim, batata doce, batata inglesa, cebola, espinafre, abóbora, inhame, alho poro, salsão, cenoura, milho verde, coentro, couve rábano, rabanete, nabo, tomate.		6 anos
B9	Cuca de banana, pão integral, pizzas, Kibe, bolos, hambúrguer vegetariano.			9 meses

Produtos comercializados na Feira UFSC - julho 2013

Bancas	Alimentares e Coloniais	Orgânicos Certificados	Artesanatos	Tempo
B10			Agendas, cadernos, blocos, canetas, envelopes, folha A4, agenda telefônica, álbuns de fotos. Capas em tecidos, com papel feito a mão e miolo em papel reciclado industrial.	2,5 anos
B11			Bonecos de pano lúdicos e terapêuticos	2 meses
B12	Pães, doces, pizzas, suco verde, café, massa, shoyo, biscoitos, mel e derivados, melado, vinhos, sucos de uva orgânicos, chás secos, farinhas.	Orgânicos não certificados Hortalicas, frutas, arroz intergral, feijão, lentilha, ovos e café.	Roupas artesanais; brincos, colares e pulseiras indígenas.	7 anos
B14	Pão sementes, biscoitos integrais, bolos integrais.		Crochês com fios de Pet	5 meses
B15	Doces, bolos, tortas, docinhos, salgados, assados, sanduíches, empadão, panquecas, crepes, café, água, sucos, chás.			4 anos
B16			Art. em tecido, bichos, chaveiros, quadro infantis de pano e madeira	4 anos
B17		Sucos, vinagres, chimarrão, Molho e extrato de tomate, café, azeite, geléias, melado, vinho, cachaça, néctar, conservas.		6 meses
B18	Hamburguer vegetal 100% grão: ervilha, grão de bico e feijão fradinho. Doces sem açúcares, concentrado de frutas; Pães 100% integrais e sem fermento, pães recheados, pães sem glúten.			5 meses

Produtos comercializados na Feira UFSC - julho 2013

Bancas	Alimentares e Coloniais	Orgânicos Certificados	Artesanatos	Tempo
Produtos não compreendidos nas categorias anteriores				
B12	Incensos, cadeira de massagem, pomadas, fitoterápicos, homeopatia.			7 anos
B13	Plantas Ornamentais, Flores de vaso e corte, ervas finas e medicinais, árvores nativas da mata atlântica.			3 meses

Anexo 13: Ata Segunda Reunião 03/07/2013

Ata da Segunda Reunião entre os feirantes envolvidos (maioria), Coordenador e Estagiários do LACAF e a Coordenadora de Ações Sociais em Extensão da Pro Reitoria de Extensão - PROEX-UFSC.

No dia 03 de julho (quarta-feira), por volta das 16h reuniram-se em uma sala cedida pela Reitoria da UFSC, os feirantes envolvidos, representantes do Laboratório da comercialização da agricultura familiar (LACAF) e a Prof^a. Lúcia Helena Correa Lenzi Coordenadora de Ações Sociais em Extensão da Pro Reitoria de Extensão (PROEX-UFSC). Neste encontro foram levantadas questões colocadas em um encontro que ocorreu anteriormente com os feirantes e a reitoria, onde a organização entre os feirantes, o espaço da feira e a legalização das bancas foram as questões principais. Para participar da construção destas necessidades, o LACAF, através do Prof. Oscar Rover, disponibilizou-se a facilitar na interação entre pesquisa e extensão, os caminhos para a sanção dos problemas colocados, levantando a possibilidade do apoio da reitoria para formação de um projeto de extensão contínuo da Universidade não se limitando apenas a um projeto de extensão do laboratório. Ampliar a denominação da feira de “Orgânica” para “Economia Solidária” uma vez que nem todas as bancas possuem seus produtos inteiramente orgânicos, também foi levantada com o intuito de incluir os feirantes, a princípio, em 03 categorias (Orgânicos, Artesanais, Coloniais/Alimentícios) com o objetivo de formar uma equipe de coordenação entre os feirantes facilitando a comunicação e reconhecendo as necessidades de cada categoria. Questões como o que cada feirante faz para tornar-se o mais próximos de seus ideias e os da feira, quais as contribuições possíveis entre feirantes e Universidade em relação à extensão universitária e também ajuda para inclusão dos feirantes não orgânicos nesta categoria através dos processos de certificação ou OCS junto ao MAPA. Ficou acertado que entre o período de ajuste e oficialização da feira não será aceita a entrada de nenhum outro expositor, a sugestão, então, foi de criar uma credencial para cada feirante facilitando o dialogo entre os mesmo e possíveis expositores itinerantes. Uma lista contendo e-mails e telefone dos participantes foi criada onde serão encaminhados os questionários referentes ao reconhecimento de cada banca e feirante. Por volta das 18h encerrou-se a reunião.

Anexo 14: Ata Terceira Reunião 25/09/2013

Ata da reunião realizada no dia 25 de setembro de 2013, às 16h 30 min., na sala dos conselhos localizada no prédio da reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina.

Estavam presentes os representantes da feira UFSC, o coordenador e estagiária do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar – LACAF - Oscar José Rover e Jerusa Rosa da Silva, o pro reitor de Administração Antônio Carlos Montezuma Brito, a coordenadora de Assuntos Sociais e Extensão Lucia Helena Lenzi e o Cientista Social Eduardo Cordeiro que participou do projeto inicial da feira (Projeto Ágora). O objetivo da reunião foi apresentar o diagnóstico da feira realizado no mês de agosto e a partir deste gerar novos encaminhamentos para adequar a feira às regras e normas estabelecidas pela instituição UFSC. A reunião iniciou com uma breve introdução feita pelo o prof. Oscar Rover, seguida de uma apresentação (PowerPoint) do diagnóstico da feira atual realizada pela estagiária Jerusa Rosa da Silva. Após, a sessão foi aberta para manifestações dos participantes. Em seguida, o Sr. Montezuma expôs a posição da reitoria em relação à permanência da feira no espaço UFSC. Neste depoimento, o Sr. Montezuma estabeleceu que a feira como se encontra está “fora do controle” e que para a permanência da mesma será necessária uma reorganização ordenada dentro dos critérios e normas da instituição. Neste encontro ficou estabelecido que a feira mantivesse a identidade inicial baseada nos conceitos da Economia Solidária como apresentado no projeto inicial. Foi criado um Núcleo Gestor para a feira realizar autogestão. O grupo escolhido por todos foi: Maria Salete Martins e Aurélio Kloppel (representante dos Alimentícios), Reguinald Melcher (representante dos Orgânicos), Inês Mario (representante dos coloniais), Silvia Santos (representante do artesanato). O núcleo gestor em conjunto com o LACAF ficou responsável por elaborar o regimento interno da feira, na semana seguinte, 03/10/2013. Foi encaminhada também, a possibilidade de fazer uma identificação (vestimenta, crachá, boné, avental, colete, tenda, etc.) que será tanto para identificar como um critério de apresentação da feira e principalmente para quem processa os alimentos, uma forma de estabelecer critérios de higiene na manipulação destes alimentos. A partir da criação do regimento da feira outros encaminhamentos serão estabelecidos.

Anexo 15: Perguntas elaboradas aos idealizadores (dois) do Projeto Ágora

- ✓ A Eco - Feira, inicialmente, alcançou os objetivos propostos no Projeto Ágora? Ou seja, na prática, as atividades propostas foram executadas? Obtiveram êxito?
- ✓ Como se organizaram para esta atividade?
- ✓ Houve integração do Compras Coletivas & Eco – Feira como proposto no projeto?
- ✓ Quando acabou o projeto? Em 2009 o Projeto continuou com a mesma proposta?
- ✓ Em sua opinião, quais foram as maiores dificuldades para a continuidade da Eco-feira como projeto

Anexo 16: Perguntas elaboradas aos feirantes

- ✓ Em algum momento a feira organizou-se de forma a praticar a autogestão do grupo?
- ✓ Por quanto tempo?
- ✓ Quando esta forma de organizar-se deixou de funcionar?
- ✓ Alguém coordenou ou gerenciou as questões que surgiram no dia a dia da feira?
- ✓ Quais os critérios eram considerados na avaliação de novos candidatos?

Anexo 17: Perguntas elaboradas ao representante da Instituição - Pro Reitor Administrativo da UFSC

- ✓ Quais foram os motivos pelo qual ocorreu a intervenção da Universidade sob o espaço da Feira da UFSC em junho de 2013? Justifique.
- ✓ Qual o papel da Instituição, segundo a opinião da Universidade, em relação à adequação da Feira?
- ✓ A Universidade tem interesse em manter a Feira da UFSC? Por quê?
- ✓ Após a avaliação do Regimento formulado pelos feirantes quais os procedimentos adotados em relação ao que foi estabelecido neste documento?